



ACTA N.º 03/2007

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 27 DE ABRIL DE 2007

Aos vinte e sete dias do mês de Abril, de dois mil e sete, no Cine-Teatro de Monte Real, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os representantes das Freguesias: António Francisco Febra Presidente da Junta de Freguesia de Maceira, que se fez representar pelo Secretário da Junta, senhor José Vieira Grosso, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia da Memória, que se fez representar pelo Secretário da Junta senhor Manuel Costa Santos, Lino Dias Pereira Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra que se fez substituir pelo Tesoureiro da Junta senhor Joaquim Pinheiro, Maria Espadinha Azinheira, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo que se fez substituir pela Tesoureira da Junta Lúcia Patrício, José Carlos Matias Filipe Presidente da Junta de Freguesia de Parceiros e Rui da Silva Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista.

Dos deputados eleitos directamente faltaram: José Manuel Silva, Francisco Francisco, Ana Elisa Santos, Felisberto Gonçalves, José Augusto Esteves, Olegário Angélico e Paulo Reis, que se fizeram substituir nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento, pelos cidadãos imediatamente a seguir na lista de candidatura respectivamente por: Manuel da Conceição Batista, Manuel Carreira Gaspar, António Pereira Fernandes, Artur Cordeiro, Carlos Guerra Coelho, Céline Pinheiro e Nuno Santo.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Raul Castro, Vítor Lourenço, Carla Sebastião, Fernando Carvalho, Lucinda Caleira, Neusa Magalhães e Carlos Martins. A senhora Vereadora Isabel Gonçalves não compareceu à sessão.



A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelas senhoras Deputadas: Ana Cristina Branco e Maria de Fátima Sismeiro, respectivamente 1ª e 2ª secretárias da Mesa.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** - Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.
- 2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2006** – Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.
- 3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2006 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA** - Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.
- 4. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA AO CENTRO DO PATRIMÓNIO DA ALTA ESTREMADURA – CEPAE** – Apreciação, discussão e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09.
- 5. FIXAÇÃO DO MONTANTE DA TAXA A COBRAR PELO REGISTO DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA** – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e n.º 2 do art.º 4º da Portaria n.º 1637/2006 de 17/10.
- 6. PATRIMÓNIO – CORTES** – Apreciação, discussão e votação.
- 7. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS NO XVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES** – Apreciação e Votação.



ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito boa noite a todos!



Vamos dar início aos trabalhos e começo por saudar os senhores deputados, os senhores Presidente de Junta de Freguesia, cumprimentar a senhora Presidente da Câmara e os senhores vereadores, cumprimentar os representantes dos órgãos de comunicação social e os elementos do público.

Em primeiro lugar gostaria de informar que por ausência do 1º secretário, deputado Paulo Reis, convidei a senhora deputa Maria de Fátima Sismeiro, para ocupar o lugar de 2º secretário da Mesa.

Depois da sessão que tivemos há cerca de um ano na Freguesia de Santa Eufémia, estamos hoje aqui, na Freguesia de Monte Real. Será assim todos os anos, na sequência daquilo que eu próprio sugeri e que teve a anuência dos senhores deputados, porque penso que estas sessões da Assembleia realizadas fora da sede do Município têm um interesse mais do que simbólico. E gostaria também que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, não só aqueles que visitamos mas todos, considerem esta iniciativa como uma homenagem por parte da Assembleia Municipal ao trabalho que é desenvolvido em prol das freguesias, que é certamente uma parte importante daquilo que é a actividade do Município.

Uma saudação em especial para o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real, que irá ser o primeiro orador, e saúdo também toda a população de Monte Real, agradecendo-lhes a adesão a esta iniciativa e também para lhes dizer que fizemos uma pequena visita à Freguesia, juntamente com a senhora Presidente da Câmara e os senhores Vereadores, mias uma vez num gesto simbólico às gentes da terra.

Em relação aos pedidos de justificação de falta por parte dos senhores deputados, temos vários pedidos e por isso vou-me escusar de os ler, uma vez que estas faltas ficarão registadas em acta e que a Mesa considerou todas elas justificadas, quer sejam por razões pessoais ou profissionais, e também todas elas implicam a respectiva substituição.

Relativamente ao resumo de correspondência recebida e que foi previamente distribuído por todos, basicamente refere-se a convites para eventos e confirmações da recepção das diversas Moções que foram enviadas às entidades competentes.

Gostaria também de dar conhecimento de um convite que me foi endereçado pelo senhor Governador Civil de Leiria, para estar presente numa reunião com todos os Presidentes da Assembleias Municipais do distrito, sobre o "Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades Para Todos", à qual confirmei oportunamente a minha



presença e à última da hora, infelizmente, não pude estar presente, por motivo de assuntos inadiáveis e urgentes relacionados com a minha profissão, e obviamente que àquela hora já não foi possível contactar outra pessoa para nos representar.

De seguida iríamos pôr à apreciação, discussão e votação as actas das duas últimas sessões, a da sessão ordinária de 23 de Fevereiro e a da sessão extraordinária de 20 de Março.

Alguém deseja fazer algum comentário ou propor alguma alteração?

Não havendo, vamos passar à votação da primeira acta, da sessão ordinária de 23 de Fevereiro de 2007.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a acta da sessão ordinária de 23 de Fevereiro de 2007.

Quanto à acta da sessão extraordinária de 20 de Março de 2007.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a acta da sessão extraordinária de 20 de Março de 2007.

Como referi no início da sessão, vou dar a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real. Faça favor!

DEPUTADO FAUSTINO GUERRA (Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real)

Muito boa noite.

Faustino Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Real, PS.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras Secretárias, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, senhores representantes da Comunicação Social, minhas senhoras e meus senhores!

É com enorme satisfação e elevada honra que me dirijo a esta Assembleia Municipal enquanto anfitrião desta sessão, deputado municipal e Presidente da Junta desta vila, que queremos cada vez maior e melhor.

Começo por saudar a presença de todos vós, sejam por isso bem vindos!

Quero felicitar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e a senhora Presidente da Câmara, pelo facto de ter possibilitado que, pela primeira vez nesta freguesia, fosse realizada uma sessão de Assembleia Municipal, o que muito nos honra.



Quero ainda agradecer aos colegas deputados, pela visita à nossa freguesia, apesar de curta, não sendo o suficiente para poder avaliar todas as potencialidades e crescimento da freguesia, tendo em conta os vários investimentos económicos previstos para a freguesia.

É certo que, o caminho a trilhar não será fácil, exigindo sobretudo determinação, empenhamento por parte da Câmara Municipal na implementação de infra-estruturas necessárias a este desenvolvimento.

Muito haveria a dizer em relação a isto. No entanto, entende-se que o momento não é o indicado. Permitam-me terminar como comecei.

É com muita honra ter neste Cine-Teatro de Monte Real, uma sessão de Assembleia Municipal. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Presidente.

O senhor Presidente da Junta comunicou-me que no fim da sessão, estará preparada uma pequena merenda para todos.

Tem agora a palavra o senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhoras Secretárias da Mesa, senhores Deputados Municipais, caros concidadãos de Monte Real!

Eu peço ao senhor Presidente da Mesa alguma vénia de três ou quatro minutos extra, para uma pequenina intervenção que vem na sequência do senhor Presidente da Junta de Freguesia e que faço mais como cidadão desta terra do que como deputado eleito pelo Partido Socialista.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Com certeza, acho que tem todo o direito e aliás, eu não sabia, aproveito para saudar em especial o Prof. Carlos André, que é um dos ilustres filhos da terra e portanto veja esta sessão aqui na terra, também como homenagem a si, que eu muito respeito.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Muito obrigado pela gentileza senhor Presidente.



Povoação com quase setecentos anos contados a partir do Foral de D. Dinis e uma história de momentos altos e outros de decadência, Que é bem o exemplo do muito quem temos em Portugal.

Monte Real foi concelho e foi comarca e foi centro de um espaço onde se confinavam os paus de Ulmar. Era uma terra roubada ao pântano e, depois, cultivada e, pouco a pouco povoada.

De todo esse tempo guardam memória e segredos as velhas ruínas lá no alto, e o pelourinho, ali quase ao lado, bem como fontes e espaços lendários que a história não desvenda.

Os séculos passaram e Monte Real perdeu realza, que é como quem diz, perdeu importância, lentamente sucumbindo ao poder da cidade, que bem perto ia crescendo. São as leis do tempo, sem decretos nem legisladores. Há que aceitá-las.

Ao lado, outras povoações iam surgindo ou afirmando a sua identidade: Souto da Carpalhosa, Monte Redondo, Coimbrão, Amor, Carvide, Bajouca, Ortigosa, Carreira, e não digo todas nem necessariamente por esta ordem.

Foi o século XX que assistiu ao ressurgimento desta terra. Termas e Base Aérea deram novas asas e novo alento. E, durante décadas, Monte Real recuperou parte da sua centralidade perdida.

Hoje, são outras as regras, mudaram os tempos; a importância não se mede em capitalidade.

Monte Real não quer ser mais do que é. Nunca se juntou aos que alimentaram a fantasia de ser concelho, outra vez. Não é essa uma ambição que anime as nossas gentes. Não vamos por aí.

Esta é, porém, uma terra de turismo. Fracassos de iniciativa privada iam deitando a perder a fonte de subsistência. A mesma iniciativa, privada com outros protagonistas, trouxe, de novo, a esperança. Mas não chega.

É necessário que estes séculos de história, que estas potencialidade por explorar sejam objecto de atenção dos poderes públicos.

Leiria é um concelho polinuclear. Tem aqui um dos seus núcleos que importa desenvolver. Arruamentos de má qualidade e deficientes condições; saneamento muito longe de estar completo; uma estrutura urbanística mal planificada; espaços públicos a precisarem de atenção; património a requerer especiais cuidados de preservação; uma ETAR que corre em grande tempo a céu aberto.

Eis, sem ser exaustivo, alguns aspectos que importa ter em conta.



O apelo senhora Presidente da Câmara aqui fica, nesta terra de ar puro mas de rio conspurcado com imundice que vem de longe. O apelo aqui fica, porque há mais vida e mais concelho para além das fronteiras da cidade.

E dito isto senhor Presidente, tenho duas propostas a apresentar que, agora já na qualidade de eleito pelo Partido Socialista. Uma tem a ver com uma questão muito simples, que eu exprimo em duas palavras.

Verifico e todos nós verificamos que acontecem várias iniciativas de interesse público, para onde o público em geral até é convidado, e para as quais por via de regras, os deputados municipais não são convidados, nunca se pensou nisso, umas de iniciativa da Câmara, outras de iniciativa de serviços camarários.

De modo que, eu gostaria de fazer uma proposta muito concreta, que nasce do facto, confesso, a ocasião foi esta, de há menos de quinze dias, ter sido lançado na Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, em acontecimento organizado por essa mesma biblioteca que é um serviço camarário, uma obra de grande interesse para o Município de Leiria, onde eu pessoalmente gostaria de ter estado e só soube que aconteceu porque li nos jornais. Essa é a razão de ser desta **proposta**:

“ Os membros da Assembleia Municipal são, por dever e por definição, cidadãos interessados em tudo quanto de relevante se passa no concelho.

Esta afirmação, válida em múltiplas circunstâncias, é sobremaneira pertinente quando estão em causa iniciativas da autarquia ou seus serviços.

Devem, pois, os membros da Assembleia Municipal ser estimulados a participar na vida local.

Não se percebe, por isso mesmo, que os seus nomes sejam omitidos, por certo por esquecimento, das listas de destinatários, quando a autarquia ou serviços dela dependentes emitem convites para actividades por si organizadas.

Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 27 de Abril de 2007, recomenda à Câmara Municipal:

- 1. Que recolha, junto dos serviços de apoio à Assembleia Municipal, a lista de endereços electrónicos dos seus membros e que disponibilize ais seus diversos serviços, nomeadamente na área da cultura, mas não só, com a indicação de que devem ser incluídos entre os destinatários dos convites que eventualmente sejam emitidos para participação em actividades de interesse público.*



2. *Em alternativa, que os serviços da autarquia, quando da emissão de convites, façam chegar um deles aos serviços de apoio à Assembleia Municipal, com antecedência bastante e com o pedido expresso de que seja remetido a todos os membros deste órgão autárquico."*

Uma segunda **proposta** que fala por si própria e portanto que me dispense de explicar:

"O 4º Congresso da região de Leiria, organizado pela ADLEI e que reuniu, na capital do distrito, mais de quinhentos participantes, saldou-se por um êxito sem paralelo, quer se tenha em conta o número de adesões que suscitou, que se considere a elevada qualidade das comunicações apresentadas e a riqueza dos debates que se lhes sucederam, quer se atente na pertinência e actualidade dos temas abordados. Constitui, assim, este 4º Congresso, um elevado exemplo de empenhamento e participação cívica, numa manifestação de cidadania que bem pode ser apontada como modelo a outras regiões.

Por tudo isso, certa de exprimir o sentido do concelho que representa, A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 27 de Abril de 2007, delibera:

1. *Aprovar um voto de congratulação pelo êxito do 4º Congresso da ADLEI e felicitar os responsáveis desta associação cívica pela sua organização.*
2. *Formular votos de que as conclusões do Congresso sejam objecto de reflexão atenta e cuidada da parte dos vários poderes constituídos, desde o poder central ao poder local, por forma a que esta iniciativa cívica se traduza, como bem merece, num momento impulsionador do desenvolvimento local e regional."*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Suponho que não haverá muita discussão em relação a estes aspectos, mas uma vez que estas são propostas emanadas da Assembleia devem ser votadas. Em relação à primeira proposta ou recomendação, talvez a senhora Presidente queira dar algum esclarecimento? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito boa noite a todos.



É um prazer também para mim estar aqui em Monte Real, nesta bonita freguesia do Concelho de Leiria e relativamente a esta observação do senhor deputado Carlos André, e no fundo à recomendação à Câmara, eu admito que o que aconteceu neste caso concreto foi efectivamente uma falha, porque existem orientações e instruções na Câmara, em todos os serviços, para mandarem os convites a todos os membros da Assembleia Municipal. De qualquer das maneiras iremos fazer uma nova recomendação para que não volte a falhar, e pela falha as nossas desculpas.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Então, sendo assim, penso que não vale a pena estarmos a discutir estas duas propostas e proponho que as aprovemos por unanimidade .

Alguém não concorda com esta minha proposta?

Muito bem, foram aprovadas por unanimidade.

Tem agora a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite!

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia Municipal.

Realizando-se esta sessão da Assembleia Municipal no mês de Abril, julgamos de justiça e dever cívico que, neste órgão autárquico de maior representação concelhia, se saúde a revolução fundadora da Democracia portuguesa que, este ano, comemora o mítico 33º aniversário.

Longe ficou um país isolado, enredado numa guerra fora do tempo, sem direitos iguais para todos, com constrangimentos morais, culturais e políticos, sem modernidade nem sonho, sem humanismo nem liberdade e sem reconhecimento do valor social da diferença.

Mesmo com as dificuldades do caminho, esta viagem valeu a pena!

Mesmo com dúvidas do nosso presente, temos a certeza de que crescemos como povo!

E é por isso que vale a pena festejar!

Será também justo que aqui felicite a Câmara Municipal de Leiria pela dignidade com que organizou mais uma sessão solene comemorativa do 25 de Abril de 1974, onde



muitos de nós tivemos o privilégio de escutar a conceituosa reflexão do orador convidado, Sr. Dr. Laborinho Lúcio.

Contudo, só foi pena que a Assembleia Municipal, fórum democrático por excelência, não tivesse tido o destaque que legitimamente merece, nomeadamente na pessoa do seu Presidente.

E porque viver Abril é, também, uma perspectiva aberta de cidadania e cultura, com constante aprofundamento, **propomos**:

Que a Câmara Municipal edite uma compilação das alocações proferidas, nos últimos anos, nestas sessões comemorativas do dia da Liberdade e a divulgue junto dos agentes sociais e cívicos, das escolas e dos membros vários órgãos autárquicos.

Será uma medida que prestigiará o Concelho e a sua Vereação, fixará o registo histórico, honrará os princípios democráticos que nos regem e prestará um relevante serviço pedagógico à nossa Comunidade.

É esta a proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu tenho dois esclarecimentos a fazer. O primeiro é sobre a minha ausência, eu só tive conhecimento no final do programa, estas datas deveriam estar agendadas e daí me penitencio, e na antevéspera quando tentei encontrar substituto para que o Presidente se pudesse representar não foi possível encontrar. Lamento e certamente não acontecerá para o ano.

Em relação ao segundo ponto, a senhora Presidente da Câmara poderá esclarecer mas eu posso ser testemunha de que foi referido exactamente pelo senhor deputado Carlos André, fez eco que a conferência do Prof. Laborinho Lúcio que foi qualquer coisa de fantástico e julgo que já teria sido pensado esse assunto...

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente era intenção mas penso que a proposta do senhor deputado Pedro Biscaia é mais ampla e com a qual eu concordo em absoluto. Acho que é uma ideia óptima, efectivamente tivemos no dia 25 de Abril uma extraordinária conferência, mas é verdade que temos tido muito boas conferências e portanto julgo que vai dar uma publicação de grande qualidade e sobretudo com essa característica pedagógica que referiu, que é muito importante, porque a maneira como o 25 de Abril tem sido abordado nas conferencias feita na Câmara de Leiria têm sido perspectivas



diferentes, de pessoas diferentes e que interessa sem dúvida nenhuma para os estudiosos e sobretudo para os jovens que não viveram o 25 de Abril.

Portanto, aceito completamente a sugestão que é mais abrangente ainda do que aquela que tínhamos falado há pouco.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Tem a palavra o senhor deputado José Cunha, Presidente da Junta da Barreira e a seguir o senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO JOSÉ CUNHA (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira)

José Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, eleito pelas listas do Partido Socialista.

Senhor Presidente, senhoras Secretárias, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros Deputados, comunicação social, senhoras e senhores!

Quando recebi a documentação de apoio à presente assembleia, fiquei surpreendido pela quantidade de papel que foi necessário utilizar. Antes de proceder à análise do conteúdo da informação enviada, num acto impulsivo, dei por mim a quantificar o que me fora entregue e a fazer uma reflexão acerca da racionalização dos meios disponíveis.

São quinhentas e setenta e seis folhas, hoje entregaram-nos mais quatro, com um peso aproximado de 2,700 kg, onde foram impressas mais de mil fotocópias. Com um simples cálculo aritmético, concluí que foram entregues aos deputados e vereadores, o equivalente a setenta resmas de papel, perto de duzentos quilos, com mais de setenta mil fotocópias. Depois destes números, a minha atenção centrou-se nos custos ambientais e financeiros que estão associados a este procedimento. E assim, começando pelos custos ambientais, posso dizer que estimam os especialistas em matérias-primas e ambiente, que 1/5 da madeira de todo o mundo, é utilizado para fabricar papel, referindo que para produzir uma tonelada de papel é necessário abater entre quinze a vinte árvores adultas. Então, devido ao papel consumido nesta Assembleia, os tais duzentos quilos e as setenta resmas de papel, foram abatidas cinco árvores adultas. Desta forma, contribuímos para o aumento de dióxido de carbono, que pela sua não observação pelas árvores abatidas, contribui consequentemente para o aumento do efeito de estufa, levando ao aquecimento



global, ao aumento do nível médio da água do mar, de que o concelho também padece, e umas das causas para o desenvolvimento da erosão costeira. E como se fosse pouco, como é papel virgem, não foi reciclado, foi significativo o acréscimo de energia eléctrica e de água gasto na produção.

Outros custos ambientais se podem referir mas, talvez seja melhor ficar por aqui também para não alongar.

Relativamente aos custos financeiros, não me debruçando sobre alguns custos, como por exemplo a produção do próprio papel e dos equipamentos, os custos indirectos com o pessoal, nomeadamente por ser um trabalho monótono, repetitivo, más posturas ergonómicas, stress, etc., pois isso levar-me-ia muito longe e não tinha disponibilidade para analisar o conteúdo da informação camarária, essa sim importante para mim, principalmente na parte que refere à Freguesia da Barreira.

Mas achei que seria oportuno efectuar um cálculo, ainda que por defeito, aos custos com o papel, às deslocações do pessoal e das viaturas para entrega dos documentos (e para esta Assembleia foram feitas duas viagens e centenas de quilómetros percorridos), à manutenção das fotocopiadoras, toneres e tinteiros, gastos de energia e do pessoal, custos com o arquivo, o espaço necessário para esse mesmo arquivo, a sua conservação e higienização.

Não foi difícil chegar à conclusão, que este serviço custou ao município, e portanto a todos nós, mais de cinco mil euros, que é um valor demasiado elevado para não deixarmos de pensar nele, se não, vejamos quatro exemplos muito simples e práticos, que estes cinco mil euros podiam contribuir: para custear a deslocação das turmas do 1º ciclo do concelho à I Feira de Energia e do Ambiente que se realizará na Barreira, na semana de 4 a 9 de Junho, para a qual estão convidados; custear cento e sessenta mini ecopontos e disponibilizá-los às escolas e jardins de infância do concelho; adquirir duzentos e cinquenta livros para reforçar bibliotecas de escolas e jardins de infância e dinamizar concursos de sensibilização ambiental. Além disso, daria também para plantar trezentas árvores e comemorar dignamente o Dia Mundial da Árvore, envolvendo as várias comunidades educativas.

Pelas responsabilidades que assumimos e porque hoje lemos os sinais do tempo e atendendo a que as novas tecnologias de informação são ferramentas correntes dos nossos dias e que estão à nossa mão, apresento a seguinte **proposta**:

“ Que de futuro, a documentação a enviar aos deputados municipais, seja efectuada através de suporte digital, podendo ser utilizado o e-mail, em formato pdf ou outro,



o CD ou mesmo a página da Câmara Municipal, numa área reservada aos deputados., mas que não fique inviabilizada a possibilidade dos deputados municipais que assim o desejem, continuarem a receber a informação em suporte de papel.”

Deste modo, estaremos a desenvolver novas competências informáticas, a economizar recursos que tanta falta nos fazem, e a dar um sinal claro aos nossos concidadãos de que nos preocupamos com a redução da despesa. Obrigado pela atenção.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

É também uma preocupação minha, eu não fiz as contas que o senhor deputado fez, mas o meu filho que é Eng.º Informático, licenciou-se há um ano, disse-me que um professor dele diz nas aulas que nunca se gastou tanto papel como desde que apareceram os computadores, o que é sintomático.

Nós já nos debruçámos um pouco sobre este problema aqui há uns tempos, e de facto as resistências que encontramos é que há pessoas para quem será talvez ainda difícil, neste momento, aceder às facilidades de correio electrónico e outras, que permitiriam isto. E tenho receio, na minha vida profissional, agora nos hospitais é moda desaparecer o papel da tela de raio x, nós vemos o raio x no computador e de maneira que tiramos raio x a todos os doentes e depois ficam esquecidos no computador e ninguém os vê e quando havia papel toda a gente via.

De modo que, há aspectos negativos a considerar, eu seria favorável à proposta que fez, mas eu não sei se seria bom, nomearmos um grupo de duas ou três pessoas e sugeria que fosse o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira a tomar essa iniciativa, já que a apresentou, encontrar mais duas ou três pessoas de outro espectro político, para estudar esse assunto e apresentar uma proposta com um estudo, talvez através dos serviços da Câmara, consultar todos os membros da Assembleia para saber quem é que pode ou quem é que não pode e como é que isso pode ser feito, porque evidentemente que se uma grande maioria pode e está satisfeita com essa metodologia aplicá-la-emos e permitir aos outros, à minoria, que só possa receber em suporte de papel. Se for o caso inverso, então acho que essa hipótese não pode ser considerada.

Bom de qualquer maneira, a seu belo prazer convide mais uma ou duas pessoas para pensarem no assunto um pouco mais aprofundadamente e se nesses trabalhos entenderem pedirem o apoio da Teresa, ela certamente que ela dar-vos-á acesso ao



correio electrónico de todos os membros, para saber quem tem e quem não tem, e se necessário enviar-se-ia uma carta com um pequenos questionário a cada um, para manifestarem as suas preferências.

De seguida tem a palavra o senhor deputado Luís Pinto e depois o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

A 17 de Maio de 2006, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia, decidem que 2007 é o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades Para Todos, para uma sociedade justa. É objectivo geral, sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, através da promoção da igualdade e da não discriminação. Alerta para a necessidade de garantir a todos os cidadãos, independentemente do sexo, idade, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência ou orientação sexual, as mesmas oportunidades. A estratégia de Lisboa definiu como um dos princípios fundamentais, a coesão social da União Europeia, assente num desenvolvimento sustentável que é fundamental assegurar. Pretende-se contribuir para uma reestruturação social, com a promoção de valores de igualdade e cidadania, que permitam eliminar estereótipos e alterar as representações sociais de senso comum, bem como divulgar os Direitos Humanos. Este objectivo, irá contribuir para corrigir desequilíbrios sociais e culturais, existente ao nível das especificidades regionais, através de desenvolvimento, com o sentido de valorizar e promover a diversidade e a solidariedade intergeracional como factores de cidadania. Apesar da existência de numerosos exemplos de um reconhecimento formal e de serem muitos os progressos alcançados, a igualdade de oportunidades não é ainda uma realidade, subsistem as desigualdades políticas, económicas e culturais.

As desigualdades são o resultado de construções sociais baseadas em numerosos estereótipos patentes na educação, na cultura, nos media, na organização da sociedade, no mundo do trabalho, etc.

As alterações são possíveis com uma nova abordagem e operando mudanças estruturais.

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 27 de Abril, reconhecendo o importante contributo que o Poder Local pode dar nesta matéria, decide aderir aos princípios do Ano Europeu para a Igualdade, e agendar uma Assembleia Municipal extraordinária, alargando o debate às forças vivas da região, **proponho**:



- Que seja marcada uma assembleia extraordinária onde inclusivamente se possa pensar na aprovação de uma carta de princípios que o nosso Município se proponha levar a cabo nesta matéria e que possa ser inclusivamente uma assembleia aberta, para que as associações, as forças vivas da região, possam participar activamente neste debate. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Senhor deputado, aquela reunião que o senhor Governador Civil convocou, tinha também como finalidade exactamente este Ano Europeu da Igualdade. A senhora Presidente queria dar algum esclarecimento?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Era apenas um esclarecimento adicional, nada contraria aquilo que o senhor deputado Luís Pinto acabou de dizer.

Como vem sendo hábito, o dia 22 de Maio, Dia da Cidade, tem sido dedicado a um grupo profissional, com influência na terra. Este ano já foi decidido pela Câmara, que o Dia da Cidade vai precisamente incidir sobre o tema do Ano Europeu da Igualdade, sendo homenageadas todas as IPSS's ou instituições que trabalhem nessa área. Já foi deliberado pela Câmara, vamos ter uma sessão solene em que isso tudo vai acontecer, e com uma palestrante convidada, que só muito recentemente confirmou a sua presença, que é a Dr.^a Maria Leonor Beleza. É ela que vai falar sobre o tema e nessa mesma cerimónia vamos homenagear e entregar o Galardão da Cidade, às IPSS's. Naturalmente que será escolhida a IPSS mais antiga que trabalha nesta temática que ficará guardiã do Galardão.

Era só esta a informação para complementar aquilo que disse o senhor deputado Luís Pinto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Isso não invalida a sugestão feita pelo senhor deputado, eu pergunto se alguém tem mais um comentário a isto, ou se estamos todos de acordo em convocar uma Assembleia extraordinária, que até poderia ser realizada no próprio dia 22 de Maio...



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Não dá senhor Presidente, à noite há um concerto com os The Gift, no teatro, segundo me diz aqui o senhor vereador da Cultura.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Nós estamos a falar de uma Assembleia com algumas intervenções, não estamos a falar de uma Assembleia com cinco ou seis horas. Mas eu sugiro que o senhor deputado Luís Pinto aprofunde mais essa ideia e depois comunique comigo directamente e em com a colaboração com a Câmara, nós poderíamos ver se conseguíamos até encaixar essa sugestão, mas poderá ser num outro dia do Mês de Maio, já que em Junho temos a nossa sessão ordinária.

Bem a seguir tem a palavra o senhor Presidente da Junta da Bajouca, Hilário Estrada e depois o senhor Presidente da Junta do Coimbrão, Paulo Pedro.

DEPUTADO HILÁRIO ESTRADA (Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca)

Boa noite!

Hilário Estrada, Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca, PSD.

Senhor Presidente da Mesa, senhoras Secretárias, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, Comunicação Social, minha Senhoras e meus Senhores!

No dia 23 de Fevereiro de 2007, na penúltima Assembleia Municipal, vim aqui denunciar um problema que tina na minha freguesia, resultante da construção da A17. Um túnel construído com dimensões insuficientes e em condições de segurança para os seus utilizadores, fazendo a ligação rodoviária entre Bajouca de Baixo/Freguesia da Bajouca e a Ribeira da Bajouca/Monte Redondo.

Todos os alertas e reivindicações feitas por parte da Junta de Freguesia e Câmara Municipal, junto das entidades competentes, para resolver o problema, tinham sido consideradas nulas e por isso as obras teriam mesmo que avançar.

Perante esta realidade, a Junta de Freguesia da Bajouca, informou a população de tudo aquilo que se estava a passar. Como uma freguesia bairrista e unida que somos, a população não ficou indiferente a esta questão que há tanto tempo estava a ser contestada, e que é de vital importância para o crescimento e desenvolvimento da nossa freguesia. A população entendeu que devia também mostrar o seu descontentamento face à situação criada no terreno, ao impedir o avanço das



máquinas, mas fê-lo de uma forma educada, ordeira, e sem ofensas para quem quer que fosse. Não somos uma população arruaceira mas sim uma população unida em prol dos seus interesses e sempre disponível a lutar pelo seu bem-estar e pela verdade em qualquer circunstância.

Tenho que dizer e estou muito satisfeito com a solução encontrada, que passa pela construção de um outro túnel paralelo ao existente.

Quero agradecer a esta Assembleia, todo o apoio prestado, na tentativa da resolução deste problema. Agradecer, aos senhores deputados da Assembleia da República eleitos por Leiria, Carlos Poço, Feliciano Barreiras Duarte, Ofélia Moleiro e Teresa Caeiro, a disponibilidade e interesse que tiveram em visitar o local da obra, que há muito estava a ser contestada, pela Junta de Freguesia da Bajouca, para assim terem uma noção mais concreta da realidade do problema em questão, e poderem também ajudar na resolução do mesmo. Agradecer à Câmara Municipal todo o apoio prestado, na tentativa de ver alterado o túnel para mais largo, através do senhor Vereador Fernando Carvalho, que sempre acompanhou este processo de muito perto, e tudo fez o que estava ao seu alcance. À senhora Presidente da Câmara Municipal, Dr.^a Isabel Damasceno, um agradecimento muito especial pela forma como conduziu e resolveu este problema, que é o repor da verdade e da necessidade ali existente, com a construção do novo túnel, permite-nos no futuro circular naquela via, em condições de segurança. Agradecer também ao senhor Presidente do E.P., António Laranjo, que no dia 2 de Abril fez uma visita relâmpago ao local da obra, mostrou grande interesse e disponibilidade em encontrar uma solução rápida para aquele problema. Nunca, a construção de uma obra de interesse público, como é o caso da A17, poderia deixar marcas tão negativas para as populações como aquelas que tinham sido projectadas para aquele local. Para mim, foi claramente um erro de projecto.

Uma palavra para o senhor Governador Civil de Leiria, José Miguel Medeiros, que no dia 2 de Abril, dia do levantamento popular junto à obra, eu, e só na tentativa em encontrar uma solução para o problema, pedi ao senhor Governador Civil uma reunião de carácter urgente, a qual não foi concedida. E mandou informar que naquele dia e naquelas circunstâncias, não recebia o Presidente da Junta da Bajouca, e muito menos algum popular. Facto que me deixou surpreendido.

Mais surpreendido fiquei, quando o senhor Governador Civil veio a público dizer que se necessário fosse, mandava repor a ordem pública e que iriam ser apuradas



responsabilidades. Factos que me deixam sem palavras, perante estas afirmações do senhor Governador, depois de ter recusado em dialogar connosco. E depois de todo este problema ter sido resolvido pacificamente e sem a colaboração do senhor Governador Civil, eu entendo que ao senhor Governador só lhe resta um caminho a seguir. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Boa noite!

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Trago aqui hoje alguns problemas da freguesia, mas também desta região norte do concelho. Começava por falar na questão das acessibilidades e especificamente na estrada 109, a estrada que liga Leiria à Figueira da Foz.

Provavelmente, algum dos senhores deputados que aqui estão hoje, e provavelmente também passaram por alguma fila de trânsito na estrada 109, ultimamente tem sido habitual às horas de ponta existirem filas de trânsito que chegam a parar completamente, e portanto, a estrada 109 que antigamente se fazia em vinte minutos o caminho de Leiria até às freguesias mais distantes, nomeadamente ao Coimbrão, Monte Redondo, Bajouca e eventualmente até à Carreira, hoje chega a demorar perto de uma hora. Efectivamente não temos caminho alternativo, é uma situação que nos preocupa, aliado a este facto há o facto de não termos transportes públicos eficazes, vem dificultar muito a vida aos nossos munícipes que moram nesta zona extrema do concelho.

Esta questão dos transportes públicos é outra questão que nos preocupa, já uma vez o disse na Assembleia Municipal, volto a repeti-lo, é uma injustiça muito grande, os nossos estudantes, os estudantes da Freguesia do Coimbrão e eventualmente da Bajouca, que também está numa situação idêntica em termos de transportes públicos, para poderem estudar em Leiria têm que sair de casa às sete menos vinte da manhã, e se tiverem só aulas de tarde (nem que seja só uma aula), só chegam a casa por volta das oito menos vinte da noite. Isto é uma injustiça muito grande e é compreensível que os nossos jovens não possam competir em termos de estudos com os jovens que moram à volta da cidade. É preciso tomarmos providências



quanto a esta situação porque, não é possível nem os pais os irem levar a Leiria nem eles conseguirem trabalhar e estudar com estas condições de transportes.

Relativamente às acessibilidades e à estrada 109, voltando um pouco atrás, recorda-me de se calhar há quinze anos discutir no Plano Director Municipal, vias com uma via VH1 (via horizontal 1) e VV1 (via vertical 1) que fazem parte ainda do PDM em vigor, e pretendiam vir a ser vias estruturantes de tráfego, uma a nível horizontal e outra a nível vertical. Até hoje, e o PDM está em vigor há cerca de treze anos, todo esse estudo foi por água abaixo, ou seja, nada se fez em função de criar uma via estruturante. Sabemos que hoje a estrada 109 não é uma via que permita a fluidez de tráfego, também estamos conscientes que não vai ser a abertura da A17 que vai libertar a estrada 109, é claro que a maior parte dos entroncamentos, até à zona da Ortigosa impedem uma circulação fluída, e isto preocupa-nos porque este problema de ano para no tem-se vindo a agudizar e não temos alternativa. Pedimos à Câmara Municipal que, juntamente com o E.P., fosse estudado este problema, para ver quais as hipóteses de melhorar o trânsito neste sentido.

Por último, falava na questão dos investimentos no norte do concelho e sobretudo na Paria do Pedrógão. Falo na Praia do Pedrógão como podia falar na Freguesia do Coimbrão.

Temos assistido a uma diminuta quantidade de investimentos naquela praia, aliás ela está a passar provavelmente dos piores anos, eu estou na Junta há dezoito anos e nunca conheci a Praia do Pedrógão como ela está hoje.

Senhora Presidente, precisamos de investimentos fortes, eu estou-me a lembrar que falamos na Estrada Atlântica há tantos anos, que falamos na requalificação da marginal há tantos anos, e efectivamente esses investimentos não têm aparecido. A própria estrada 109-9 que faz a ligação de Monte Redondo à Praia do Pedrógão são tudo investimentos estruturantes, a implementação do Plano de Urbanização, são investimentos estruturantes que se têm vindo a arrastar nos últimos anos e que deixam a nossa população e aqueles que nos visitam desagradados com a Praia do Pedrógão. Era só. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor Presidente da Junta do Souto da Carpalhosa, José Lopes Gomes.



DEPUTADO JOSÉ CARLOS GOMES (Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa)

José Carlos Gomes, Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, eleito numa lista do PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras Secretárias, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas, boa noite a todos.

Em primeiro lugar quero congratular-me com o facto de se ter encontrado forma de entendimento para resolução do problema relacionado com o túnel que liga a Freguesia de Monte Redondo à Freguesia da Bajouca. Pelo que li na imprensa regional, teve que ser mais uma vez a Câmara Municipal a tomar a dianteira na resolução de um problema que não era seu, estando por isso de parabéns.

Por outro lado, e relativamente à minha freguesia, outros problemas provocados pela construção da A17, continuam por resolver e que consideramos igualmente graves.

Faz parte da concessão da A17 a construção da variante a Monte Real. Esta, separa geograficamente as localidades de Várzeas e Picoto. As pessoas que pretendam deslocar-se a pé de um lado para o outro, terão forçosamente que atravessar a Estrada Nacional 109 duas vezes, na zona do nó de acesso à auto-estrada em Arroiteia, o que coloca em causa a sua segurança. Somos a favor do progresso mas não a qualquer preço.

Pensamos que a solução deste problema passa pela construção de uma passagem superior pedonal na referida variante. Esta solução foi apresentada à Brisauto, ao LACE, e ao E.P.. O LACE, foi a única entidade que até hoje não respondeu, dizendo que de facto é a solução mais viável e de fácil resolução, mas só será executada com ordem do E.P.. Já alertámos todas as entidades competentes para a resolução deste e de outros problemas, mas até hoje não fomos ouvidos. Isto só vem demonstrar o peso político que têm as freguesias.

Assim, faço um apelo à senhora Presidente da Câmara, para fazer as diligências que entender necessárias, com vista a que se encontre uma solução de forma atempada para este problema. A população destas duas localidades tem-nos vindo a transmitir um sentimento de revolta muito grande e estão dispostos a encetar outras formas de protesto, seguindo o exemplo do que aconteceu noutras freguesias.

Apelo também à Assembleia Municipal, para que tome uma posição sobre este assunto.



A falta de segurança é uma situação que a todos preocupa. A população das Várzeas, tem vindo insistentemente de forma justa, a reclamar passeios junto à Estrada Nacional 109. Sobre esta matéria, já foi entregue um abaixo-assinado ao E.P. e ao senhor Governador Civil, e até hoje não houve qualquer resposta. Por isso também, a revolta é grande. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Não sei se pretende apresentar uma Moção à semelhança daquilo que foi feito para os exemplos que citou, para depois ser votada. Só nessas condições é que poderemos tomar uma posição.

Tem a palavra agora o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

Boa noite.

João Cunha, PSD.

Em primeiro lugar quero saudar a população de Monte Real na pessoa dos seus autarcas, o senhor Presidente da Junta, saudar também os nossos colegas da Assembleia Municipal, a excelentíssima Câmara Municipal, a Comunicação Social presente, e mais população que aqui se encontra.

É um grato prazer, penso eu, para todos nós estarmos aqui em Monte Real, não só pela forma como fomos recebidos e esse grato prazer foi-nos dado pelo senhor Presidente da Junta, mas também pelo facto de isto representar o tal espírito de descentralização que tem sido apanágio digamos assim, das directivas que todos assumimos em termos de Assembleia Municipal. Penso que isso é importante para o concelho porque espelha uma maior solidariedade a esse nível.

Gostava também de me congratular, pelo facto de o posto da GNR de Monte Real, pelos vistos, ir continuar ao serviço das populações. Foi uma questão que nós aflorámos mais do que uma vez em assembleia municipal, os indicadores apontam para que se vá manter o posto da GNR em Monte Real, não fazia sentido que numa localidade onde estão a ser feitos grandes investimentos, nomeadamente privados, para dar a todo este tecido económico uma maior desenvoltura, se virasse costas à segurança das populações e portanto se fosse retirado de Monte Real o posto da GNR. Mas, esperemos que isto se já efectivamente uma realidade e que não seja uma situação provisória, que daqui a algum tempo quando as coisas estiverem mais



calmas, não o retirem de mansinho. Esperemos que tenha ficado claro que o posto da GNR de Monte Real é uma coisa que tem de ficar ao serviço das populações.

Eu penso que também era importante salientar, e este é um aspecto que a todos começa a preocupar, que há um certo autismo que está presente em muitas situações de relacionamento da administração central com as autarquias locais.

Este exemplo da A17, e eu aqui quero prestar a minha grande solidariedade não só às populações da Bajouca e Monte Redondo mas também aos seus autarcas, é paradigmático do autismo, da forma como se tratam as pessoas, como se elas não tivessem de facto um determinado valor e não tivesse efectivamente necessidades e anseios que têm que ser satisfeitos e que são anseios legítimos, não estamos a falar de coisas sem sentido, estamos a falar de coisas objectivamente com sentido.

E esta questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa aqui veio trazer, é outro sintoma desse autismo. E portanto, a minha solidariedade também para a Freguesia do Souto da Carpalhosa e dizer que votarei favoravelmente a proposta que vier a ser apresentada porque é de inteira justiça.

Há outras circunstâncias em relação a esta obra, que merecem a nossa reflexão e o nosso acompanhamento. Mas, também em relação ao autismo, há aqui um outro sinal que eu gostava também de sublinhar.

O senhor deputado Luís Pinto fez aqui um apelo, para que fosse comemorado o ano europeu para a Igualdade e penso que sugeriu o Dia da Cidade, o dia 22 de Maio, para esse efeito. Ora bem, eu não sei se a população toda de Leiria terá efectivamente possibilidades de participar nas comemorações do Dia da Cidade, porquanto o Ministério da Educação contra todas as recomendações que lhe foram dadas quer pelos agentes de ensino que estão envolvidos nisso, quer inclusivamente por responsáveis políticos, decidiu marcar para o feriado do dia 22 de Maio, exames das provas de aferição do 4º e 6º ano de escolaridade, nesta nossa cidade. Isto é um claro desrespeito ao Município de Leiria, à nossa cidade, ao nosso concelho, porque o feriado municipal é conhecido há longos anos. E portanto, estar a manter uma situação destas, só pode ser ou provocação ou autismo puro.

E portanto, eu queria dar nota disto e propor à Assembleia Municipal que manifestasse o seu mais profundo repúdio e manifestar expressamente que considera uma desconsideração por parte do Ministério da Educação marcar conscientemente para este dia, provas que vão envolver naturalmente jovens e as



suas famílias em relação a este particular. Para já era isto que eu queria dizer. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Mais uma vez isso tem a forma de uma moção, se quiser pode apresentá-la.

Senhor deputado Pedro Biscaia, tem a palavra.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Mais uma vez trago uma moção, que a vou ler, mas que é subscrita para além da minha pessoa evidentemente, é subscrita também pelo senhor deputado do PSD João Cunha, pelo senhor deputado do CDS/PP Domingos Carvalho, e pelo senhor deputado Carlos Guerra da CDU. E diz o seguinte:

MOÇÃO

Face às recentes campanhas que visam descredibilizar o projecto da construção do novo aeroporto na OTA, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 27 de Abril de 2007, em sessão plenária realizada em Monte Real, decide manifestar, desta forma inequívoca, a sua opinião:

- 1- Considerando a necessidade de construir uma nova infra-estrutura aeroportuária moderna e funcional que suprima a incapacidade de crescimento da Portela que, já neste momento, se vê obrigada a recusar tráfego aéreo em número significativo.*
- 2- Considerando que a TAP (Transportadora aérea nacional) necessita de uma plataforma logística de referência que assegure serviços de manutenção internos e externos à companhia o que, a Portela também já não pode responder.*
- 3- Considerando que a situação geográfica do país aconselha a aposta em meios de transporte e de comunicação que atenuem a sua condição periférica em relação à Europa e o possam afirmar no amplo espaço atlântico.*
- 4- Considerando que a localização do novo aeroporto internacional na OTA está fundamentada, desde há longos anos, em exaustivos estudos de viabilidade económica, de impacto ambiental, de execução técnica e de inserção no tecido económico e demográfico nacional.*
- 5- Considerando que a União Europeia já considerou este projecto como prioritário no contexto das suas ligações aéreas intercontinentais e, conseqüentemente, deliberou apoiar financeiramente a sua execução.*



6- *Considerando que a construção de um novo aeroporto na OTA poderá criar oportunidades de internacionalização da economia do país, poderá dinamizar o emprego na prestação de serviços e terá impacto positivo na actividade turística nacional e regional.*

7- *Considerando que outras eventuais localizações, não estando suportadas em estudos aprofundados, colidem com delicados ecossistemas, nomeadamente na reserva aquífera, situam-se em zonas de baixa densidade de utentes individuais ou empresariais e parecem servir os interesses específicos de anunciados investimentos no litoral alentejano. Refira-se, a propósito, que a própria Câmara Municipal do Montijo rejeitou, publicamente, as sugeridas localizações de Faias e Poceirão, situadas no seu Concelho.*

8- *Considerando que a capacidade operacional prevista para o aeroporto na OTA poderá atingir os 50 milhões de utentes o que, actualmente, só 8 aeroportos a nível mundial conseguem assegurar, projectando, assim, um aeroporto ou cidade aeroportuária para um tempo concreto e para as previsíveis condições de tráfego.*

9- *Considerando que o Concelho de Leiria tem manifestado, desde a primeira hora, o seu apoio à concretização deste imperativo nacional, reafirma agora a premência do cumprimento dos calendários de execução já estipulados, em nome do desenvolvimento do País e do seu legítimo interesse regional.*

A Assembleia Municipal de Leiria delibera enviar esta moção ao Sr. Governador Civil de Leiria, ao Sr. Ministro da Obras Públicas, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e solicitar a sua divulgação pública à Comunicação Social.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Face a essa moção bem clara, eu posso presumir que a subscrição dos signatários dessa moção faz pressupor que não haverá grande oposição a ela, podemos pô-la de imediato à votação sem prejuízo de alguém a querer discutir obviamente.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria com um voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a presente moção.

O senhor deputado Vitorino Pereira vai fazer uma declaração de voto.



DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Uma zona montanhosa que fica sobre os corredores secundários de aves de migração, em zona de aluvião com terrenos pantanosos, com condições climatéricas instáveis, onde é preciso implantar cinquenta milhões de metros cúbicos de terras, arrasar o Monte Mamelão de trezentos metros de altura, drenar e desviar cursos de água, destruir três ribeiras, e a construção de um aterro que demorará um ano e meio a ser feito eis o impacto ambiental, do Aeroporto da Ota, que vai mexer, com lençóis freáticos, com a orografia da área envolvente, com a flora e a fauna existente. A sul, a possibilidade de um aeroporto sem qualquer daqueles inconvenientes e onde os custos de obra poderão custar metade do valor da Ota e onde a possibilidade de expansão é muitíssimo maior.

Um aeroporto com vocação internacional deve estar junto de uma plataforma logística internacional e em interligação com uma linha de alta velocidade (ambas a construir no Poceirão).

Porque não a solução Portela mais um?

A médio prazo, a Portela tem vantagens, no movimento de passageiros de pequeno e médio curso (zona europeia e Norte de África) aeroporto dentro da principal cidade, como Londres, Paris, Nova Iorque, etc.

O futuro aeroporto poderá ser construído por módulos, de modo a que se desdobre o tráfego internacional, criando inicialmente uma pista, optimiza-se esta, depois uma outra, etc., permitindo assim uma estreita relação entre os dois aeroportos e uma maior contenção de despesas e uma maior dilação das mesmas.

E porque motivo se privatiza a ANA, para financiar a construção, se é uma das empresas públicas mais rentáveis e que mais contribui para o financiamento do défice público?

Há, pois, que reavaliar os estudos efectuados, face a novas alternativas e à descoberta de grandes inconvenientes com a construção da Ota.

Assim sendo, o Bloco tem que, necessariamente, pensando sobretudo nos interesses do País, embora não descure os da nossa região, votar contra a moção apresentada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Faça favor senhor deputado Pedro Biscaia!



DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Eu só queria saber, em interpelação à Mesa, se isto é considerado uma declaração de voto, porque aquilo que o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira manifestou foi uma opinião à qual eu não posso sequer rebater algumas coisas que foram pronunciadas e que eu considero inverdades. Agora não posso, porque não foi em período de debate. Portanto esta interpelação à Mesa é porque eu não considero esta intervenção do senhor deputado Vitorino Pereira, e faço essa questão à Mesa, se é ou não uma declaração de voto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Foi o que o senhor deputado Vitorino pediu, foi fazer uma declaração de voto, penso que as declarações de voto não são discutíveis. Fica anexo à acta.

Tem agora a palavra o senhor deputado Cláudio de Jesus.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PPD/PSD)

Boa noite, Cláudio de Jesus, PSD.

Senhor Presidente, senhora Presidente da Câmara, senhoras Secretárias, senhores Vereadores, caros colegas e demais assistência e comunicação social.

Faz agora um ano que tivemos a ocasião de aprovar por unanimidade, e referia isto, por unanimidade, uma moção que tinha a ver com o facto do Distrito de Leiria ter ficado esquecido numa questão que estava relacionada com um concurso para a construção de centrais de biomassa no nosso País. O Ministério da Economia, através da Direcção Geral de Geologia e de Energia, tinha promovido o referido concurso, e, tinha privilegiado doze distritos do nosso País, albergando esse doze distritos, quinze lotes onde seriam construídas supostamente, quinze centrais de biomassa. Votámos aqui uma moção em que de alguma forma mostrávamos o nosso descontentamento, tanto mais que, somos uma região que, no mínimo, com potencialidades para que se possa encarar a construção de uma infra-estrutura com estas características, porque matéria-prima não falta na nossa região.

O resultado desse concurso veio a demonstrar de facto que, no mínimo, o planeamento era capaz de ser discutível acerca desta matéria porque dois desses quinze lotes ficaram desertos, ou seja, as localizações potencialmente mais favoráveis afinal, se calhar não o eram e se calhar nós aqui, no nosso distrito, na nossa região em particular, até deveríamos ter alguma razão sobre essa matéria.



Mas o que me traz aqui hoje, é precisamente o facto de ter sido aprovada a moção, ter sido submetida a parecer do Ministério do Ambiente, e eventualmente erradamente, mas o Ministério fez o favor de rapidamente, a partir da Secretaria de Estado do Ambiente, remeter o pedido e recorde a data, a 7 de Junho de 2006, para o Ministério da Economia e Inovação. O que acontece é que desde essa data até hoje, nem resposta nem nada foi dito sobre esta matéria.

E portanto, eu venho aqui manifestar o meu desagrado, o nosso desagrado, uma vez que aprovámos a moção por unanimidade, e acho que no mínimo, deveríamos reforçar este nosso pedido de esclarecimento e eventualmente insistir junto da tutela sobre esta área e sobre esta matéria em apreço. Esta era a primeira questão.

A segunda que me traz aqui hoje, tem a ver com o facto de nós estarmos numa freguesia, que tendo uma certa urbanidade e um núcleo urbano relativamente bem definido, faz parte de um todo que encerra em si características de grande ruralidade. E todos conhecerão, pelo menos de nome, uns melhor outros pior, aquilo que é denominado o perímetro hidroagrícola do Vale do Lis, tem cerca de dois mil e duzentos hectares de extensão, e começa precisamente a norte da cidade de Leiria e vai até à Freguesia da Vieira.

Como é sabido, este perímetro tem sofrido alterações, mutações, força dos factos, força das fusões, aquisições também, muito no regime de minifúndio, e tem sido gerido pela Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis, que em função dos meios financeiros que tem ao dispor, que são poucos ou nenhuns, vão gerindo o melhor que podem e sabem, este conjunto vastíssimo de infra-estruturas numa área imensa, que, colide com múltiplos interesses e que muitas vezes são dificultados até por força das interações que se criam aqui nesta zona do Vale do Lis.

Ora bem, a referida Associação de Beneficiários e Regantes dos Vale do Lis, apresentou recentemente uma candidatura ao Programa Agris, com o objectivo de requalificar/revitalizar toda esta região, depois de um trabalho vastíssimo no terreno, e algumas das pessoas saberão muito melhor do que eu daquilo que estamos aqui a tratar, relativamente ao emparcelamento de toda esta região. Emparcelamento esse que envolveu uma actualização cadastral que envolve quase dois mil proprietários com a confirmação do terreno, das extremas, das localizações de cada uma destas propriedades. Esta candidatura foi cabimentada no Programa Operacional do Centro, do Programa Agris, e depois a tramitação é seguir para o Ministério da Agricultura onde, poderá ou não ser homologada. Para mal dos nossos pecados, esta



candidatura não foi homologada, para mal de quem tem alguma relação com o sector agrícola, pelo senhor Ministro da Agricultura e Pescas. E portanto eu chamava aqui em particular a atenção para este aspecto porque, estamos a falar de uma candidatura que na sua globalidade quando ela foi particionada, envolveria um envolvimento do sector público, fundamentalmente, de cerca de três milhões de euros, para recuperar todo o sub-perímetro 1 que vai desde Monte Real até à Vieira, com a limpeza e regularização de terrenos e a sua marcação, a construção de novas redes de rega, novas redes de drenagem, acima de tudo uma requalificação da rede viária que é paupérrima como todos sabem na zona do perímetro hidroagrícola, e tinha um objectivo último que é aquele que fundamentalmente me traz aqui, é que permitiria seguramente nos próximos anos, uma racionalização e uma economia do consumo de água como até à data nós não vemos, porque o que vemos é um conjunto desmesurado, muitas vezes sem quais quer regras e sem quaisquer cuidados, e como todos sabem, a água em um preço cada vez mais elevado e portanto este era um projecto determinante para muita gente, seguramente muitos de vós se revêem naquilo que eu estou aqui a dizer, a primeira candidatura em que já havia um bloco(como eles denominaram na associação de regantes, que era precisamente na zona do Boco) para cerca de duzentos hectares avançaria primeiro, e depois todo o resto do sub-perímetro, do total dos mil e cem hectares, avançaria posteriormente. Esta primeira candidatura que não foi homologada pelo senhor Ministro da Agricultura, envolvia um investimento de 6,7 milhões de euros.

Eu queria deixar aqui esta nota porque me parece que seria oportuno, não sei se à Câmara Municipal se aqui em sede de Assembleia, e portanto deixo à vossa consideração esta nota de desagrado sobre esta matéria.

E já agora, senhor Presidente , se me é permitido, só gostava de deixar a seguinte nota:

Eu corroboro na íntegra as palavras do senhor deputado Carlos André, mas deixo aqui ao de leve, subliminarmente, uma nota sobre a questão do saneamento aqui na freguesia, que não está completo de todo, falta muito, não vale a pena negá-lo, é uma constatação evidente, mas disse aqui *en passant*, que a ETAR de Monte Real, por vezes, os esgotos corriam a céu aberto e isso não é verdade. A ETAR de Monte Real é dos anos setenta, é muito antiga como alguns de vós saberão, mas vai fazendo o melhor que pode e sabe, ou seja, vai tratando os efluentes que por ela passam, eles não correm a céu aberto e se correm o processo de tratamento a isso



obriga e, se tudo correr bem, no fim do ano vai ser desactivada porque vai nascer uma outra infra-estrutura um pouco mais para jusante que permitirá tratar e drenar os efluentes de toda esta região. Era só uma nota porque me parece que não tenha sido muito preciso. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

No que diz respeito à questão da Central de Biomassa, naturalmente que o serviço da Assembleia estará disposto a enviar uma carta a pedir esclarecimentos adicionais, mas eu pediria ao senhor deputado que me ajudasse com os pormenores e as datas, sobretudo, para ser mais fácil fazê-lo.

Tem agora a palavra o senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Boa noite.

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros colegas!

Decorridos trinta e três anos sobre o 25 de Abril, não podemos deixar de saudar os Capitães de Abril e o povo, que nesse dia saiu espontaneamente à rua, apoiando o movimento.

Acabámos de comemorar o 33º Aniversário da inolvidável Revolução de Abril, um dos momentos maiores da nossa História/Pátria que o povo português gravou em letras de ouro na memória e no coração. Naquele momento, é sempre bom recordá-lo, conquistámos a liberdade e a democracia, mas também a dignidade como povo e como País no seio da comunidade das nações, iniciámos um caminho de promoção do desenvolvimento, da igualdade de direitos e da justiça social.

Há trinta e três anos, os gloriosos Capitães de Abril, interpretando os anseios do povo, puseram ponto final ao odioso regime fascista que remeteu Portugal para o subdesenvolvimento e oprimiu-o, condenou-o à miséria e levou à emigração em massa o Povo Português. O povo e o MFA, terminaram com a desastrosa guerra colonial e o agonizante império colonial, entregando aos povos irmãos das colónias, que conosco combateram o fascismo e contribuíram para a construção de um futuro livre e democrático, o destino de cada uma das suas pátrias.

No momento, em que alguns grupos neofascistas armados, xenófobos, racistas e instigadores do ódio, mas também pessoas bem instaladas nos meandros da sociedade, conduzem uma intensa e vasta campanha de branqueamento da ditadura



e dos ditadores, e de ocultação da negra realidade que se abateu sobre Portugal durante quarenta e oito longos anos, os democratas têm o dever de manter viva a memória desse momento negro da nossa história e a defender os ideais da liberdade, fraternidade, igualdade e justiça social.

A sociedade portuguesa, por responsabilidade de quem tem dirigido os destinos do País nestes últimos longos anos, encontra-se em situação de crise económica e social, os trabalhadores e o povo, e apenas eles, são de novo e sempre convocados para suportar todo o esforço. E assim, enquanto o desemprego e o emprego precário e sem direitos alastram, e o povo empobrece, os mais ricos, nomeadamente os grandes senhores do dinheiro estão escandalosamente cada vez mais ricos, rouba-se aos trabalhadores, ao povo e às autarquias locais, e reduz-se a despesa social do Estado com o exclusivo fim de dar sempre mais aos grandes grupos económicos nacionais e internacionais.

Vivemos um momento em que parece que o crescimento económico é inimigo do progresso social. Nada de historicamente mais errado.

É o moderno Estado Democrático, construído ao longo de mais de um século pelos povos, com sangue, suor e lágrimas, que está a ser posto em causa e que inevitavelmente, a não ser emendado o caminho, conduzirá à regressão social e consequentemente também à regressão económica.

Por isso, os trabalhadores resistem, cada vez mais e em maior número, foi assim nas grandes lutas recentes, foi assim agora no 25 de Abril, cujas comemorações conheceram por todo o País das maiores participações dos últimos vinte e cinco anos. Será assim no 1º de Maio, que aqui se saúda, dia de festa e luta para quem trabalha. A sociedade portuguesa apresenta sinais de preocupação, carece de reflexão democrática e sobretudo de alterar caminho.

Saúda-se igualmente o IV Congresso da ADLEI, pelo empenhamento e preocupação na defesa dos interesses e desenvolvimento da região de Leiria, bem como pela defesa da integridade do distrito.

Portugal precisa de desenvolvimento económico, social e cultural. O 25 de Abril, fez florescer a esperança e será sempre a bússola que norteará o caminho do progresso, da justiça social e da liberdade.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora a senhora deputada Manuela Santos.



DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)

Boa noite a todos.

Manuela Santos, Partido Socialista.

Foi recentemente divulgado o Plano Estratégico Nacional de Turismo – PENT, no qual são definidos os sectores da actividade turística a privilegiar e os destinos nacionais a promover. Surpreendentemente, nesse plano, a Região de Turismo de Leiria/Fátima, foi votada ao esquecimento, não contemplando o eixo monumental Tomar/Nazaré, no qual o concelho de Leiria se inclui, e olvidando por exemplo, o fluxo internacional de turismo religioso em direcção a Fátima, que se situa em cerca de um milhão de visitantes/ano.

Sabendo-se que o turismo é uma vertente importante da produção de riqueza para o País, e desejando que essa actividade cresça na nossa região, é pertinente que Leiria faça sentir a sua voz discordante em relação ao referido PENT, e à subalternização da Região de Turismo de Leiria/Fátima, de que a Câmara Municipal ocupa a vice-presidência.

Assim sendo, exortamos a Câmara Municipal de Leiria a que lidere como lhe competirá, acções de sensibilização e esclarecimento, junto dos órgãos de decisão sobre esta matéria, para permitir a inversão deste lamentável equívoco, cuja contestação merecerá seguramente o consenso dos habitantes do nosso concelho. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.

Dou agora a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azoia, Manuel Carvalho.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia da Azoia)

Boa noite.

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Senhor Presidente da Mesa, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhoras e senhores boa noite!

Devido à recente reorganização nacional das forças de segurança, algumas freguesias com território urbano e rural, estavam a ser patrulhadas pela PSP e pela GNR, passaram a ser patrulhadas por uma destas forças, na maioria das freguesias,



pela PSP. Neste sentido, venho aqui manifestar o apreço pelo trabalho desenvolvido pela GNR ao longo dos anos e pela estreita colaboração com o seu comando, aproveitando também para formular votos, para que a PSP tudo faça, de acordo com as suas possibilidades meios, se possível mais reforçados, de forma a garantir a ordem pública e a segurança das pessoas e dos seus bens.

Acredito plenamente que os objectivos traçados e que nos foram explicados pelo senhor Comissário, que simpaticamente nos convidou previamente para uma reunião de trabalho, serão conseguidos. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor deputado Leonel Costa.

DEPUTADO LEONEL COSTA (INDEPENDENTE)

Muito boa noite a todos, senhor Presidente, senhora Presidente, senhores deputados.

Em primeiro lugar, a razão que me trouxe aqui foi uma simples situação, que depois passarei a explicar no fim. Mas entretanto com a intervenção do senhor deputado Vitorino Vieira Pereira fiquei surpreendido, e peço desculpa por dar uma opinião sobre essa matéria.

Considero lamentável que, opiniões como sejam a posição da OTA, sejam posições que hoje venham a ser digamos, colocadas no terreno, quando nós sabemos que desde há muitos anos, já se tem vindo a trabalhar o desenvolvimento e todo o crescimento daquilo que tem sido a postura para o Aeroporto da Ota, e há um conjunto de factores que na minha opinião como deputado e também como empresário, entendo claramente que, para o desenvolvimento da nossa região, do nosso País inclusivé, há um conjunto de vantagens extraordinárias relativamente ao Aeroporto da Ota. Essas, têm a ver essencialmente, com tudo aquilo que é a alta tecnologia que a nossa região tem, em diversas áreas, o conhecimento que existe por parte daqueles que são os intervenientes na área tecnológica do conhecimento de Portugal, que tem sido a nossa região capaz de trazer a Portugal de uma forma muito clara e evidente, numa região que para além de ter tecnologia, também tem turismo. E tem turismo que é muito bem conhecido por todos nós, dentro deste eixo que é todo o eixo Rota do Sol e que é importante para o desenvolvimento da nossa região, uma região que tem tendência a crescer e que cresceu, que demonstra resultados que estão perfeitamente evidenciados dentro do nosso País e que tem



sido considerada uma região por excelência naquilo que é o desenvolvimento tecnológico e naquilo que é a demonstração, e que tem sido um cavalo de batalha para os diversos governos que têm passado pelo nosso País, desde o senhor Presidente da República, senhor Jorge Sampaio, que sempre se serviu da indústria de moldes e da indústria da região de Leiria/Marinha Grande, para a fazer prevalecer em todo o mundo, em viagens de Estado, enaltecendo a nossa região, pelo que devemos puxar para nós um desenvolvimento de algo que será mais importante.

Gostaria de salientar que nem sempre os investimentos mais caros, são tão maus assim, porque às vezes nós temos que fazer investimentos que custam mais mas que serão vantagens para as regiões e para o País. Esta era apenas uma nota que eu gostaria de deixar.

De qualquer maneira o que me trouxe aqui foi uma questão muito simples, que desde há muito tempo tem vindo a ser colocada nesta Assembleia. E como sou nascido e criado na freguesia de Maceira, gostaria de pedir, no sentido de aceleração daquilo que é definitivamente a entrega ou a adjudicação das obras de saneamento básico e o término dessas obras na Maceira.

Penso que depois de estar há cerca de um ano e meio nesta Assembleia, chegou o momento de eu tomar a minha posição de uma forma positiva e construtiva, no sentido de sensibilizar aqueles que estão envolvidos nesta matéria, para que tenham alguma celeridade na resolução destes problemas.

Fazendo aqui um pouco de história também e porque, parecendo que não também tenho algum conhecimento, provavelmente é preciso sensibilizar todos quantos estão aqui nesta sala, para o facto de que a freguesia de Maceira, ou seja a Maceira/Lis, foi uma das freguesias que mais colocou o desenvolvimento da região no seu topo, Vejamos, que em 1923 foi fundada a empresa de cimentos Maceira, empresa essa que trouxe para a nossa região pessoas de todos os países. E para aqueles que são até mais estudiosos, entendem isto perfeitamente, que trouxe um desenvolvimento muito grande e acentuado dentro de muitas áreas, desde a metalomecânica, a electricidade, a mecânica, a química, e nos anos cinquenta, todas as pessoas gostariam de ir trabalhar para a empresa de cimentos Maceira. Na altura até era o Champalimaud que era o dono da empresa, após a sucessão do tio, Henrique Sommer, e portanto, há aqui uma importância extrema em perceber, embora em



dado momento e a senhora Presidente sabe disso, os impostos não eram pagos à Câmara, eram pagos em Lisboa, que esta empresa teve um impacto muito grande. Gostaria só de lembrar que provavelmente alguns dos senhores, não tinham na altura um hospital onde nascer e foram nascer à Maceira, porque era lá que havia uma clínica, com todas as condições que Leiria não tinha. Era lá, que as pessoas iam ao cinema, porque não havia em Leiria nenhum cinema, e penso que a história, já que há pouco falávamos de Abril, nos dá alguma sensibilidade naquilo que é a relação com aqueles que também contribuíram para o desenvolvimento de uma região. E penso que hoje, a freguesia de Maceira, está a ser posta um pouco numa posição de desvantagem, relativamente àqueles que são os *take holder's* da região. E os *take holder's* somos todos nós, desde empresários a todas as pessoas que estão envolvidas neste processo. Portanto daí o meu pedido no sentido de haver uma aceleração na resolução do problema do saneamento básico e inclusivamente até no melhoramento de alguns arruamentos e outras coisas que terão de ser feitas na Maceira. O senhor Presidente da Junta da Maceira não está aqui, não me incumbiu desta missão, aliás, até nem gosto da forma como ele por vezes coloca as questões nesta Assembleia, mas senhora Presidente, pedia-lhe que nesta questão ajudasse a Freguesia de Maceira, porque como sabe, a Freguesia de Maceira está a ficar relativamente penalizada, não de uma forma julgo eu propositada, mas de certa forma as coisas estão a acontecer e eu gostaria de entender porquê. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

E por fim, o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Trinta e três anos após o 25 de Abril, e no contexto de alguma desilusão e muita preocupação face ao rumo a que, por força das opções, durante este período os sucessivos governos PSD/CDS e PS têm tomado, quero em nome do Bloco de Esquerda, saudar aqueles e aquelas que de forma abnegada e solidária, tornaram possível o sonho por uma sociedade mais fraterna e mais justa, assim como os que diariamente nos seus postos de trabalho, sendo muitas vezes prejudicados por isso, ou nas suas famílias, nas escolas, têm contribuído para que a esperança não se esfume, que não seja coberta pelo pó do esquecimento.



Para todos eles, a nossa solidária e fraterna gratidão.

Lamentamos que sendo esta Assembleia o órgão mais representativo do concelho, não seja o escolhido para a comemoração de tão importante data, em vez de tal estar a cargo do executivo camarário, que não tem sabido evitar a partidarização das comemorações, de uma data que se quer de todos os portugueses e não só daqueles que partilham de uma qualquer visão da sociedade e da história, independentemente do mérito dos ilustres convidados.

Os caminhos da liberdade, não podem ser propriedade de ninguém, por isso, muitos morreram, muitos conheceram as prisões e a tortura. Não há nenhuma maneira de lhes prestarmos o nosso reconhecimento se não desta forma solidária e descomprometida, fazendo não em nome da cidade mas com a cidade, que o ideal do Abril seja o que nos norteia, de forma a evitar a vergonha dos cartazes racistas e xenófobos, a emporcalhar a nossa democracia.

Não queremos deixar de saudar de um modo especial, todos aqueles que na Freguesia de Monte Real vivem e aqui trabalham. E esta iniciativa tão salutar, de maior abertura aos munícipes, não sendo um caso isolado da Assembleia Municipal, se vá transformando num ritual que de uma forma rotativa, se vá espalhando por todas as outras freguesias do concelho de Leiria. Nada melhor de que os membros da Assembleia Municipal se fazerem ouvir e auscultar em simultâneo os munícipes no seu local vivencial.

Monte Real, já há muitos e muitos anos é conhecida pela terra dos contrastes. Isto, se por um lado tem uma estância termal, aberta já parcialmente todo o ano para tratamentos de bem-estar, e de Abril até Outubro na sua totalidade, localizada dentro de um enorme espaço, mancha florestal de pinheiros e eucaliptos, mancha esta que envolve toda a freguesia poupada felizmente aos incêndios florestais que têm assolado o País nestes últimos anos, reunindo todos os ingredientes para o sossego e repouso tão necessários hoje em dia, face à vida agitada, onde o stress é uma palavra de ordem negativa, agravada pela poluição sonora e ambiental com que nos debatemos todos os dias, sendo esta oferta descanso e repouso além de terapêutico, o que faz mover a maioria dos aquistas e os seus acompanhantes no sentido de escolherem esta vila termal como ponto de férias, relaxamento e cura para os seus males.

Por outro lado, esta vila apresenta-nos depois a contrariedade de todo este aspecto focado, a poluição sonora, motivada pelo barulho ensurdecador vindo da Base Aérea



n.º 5, fazendo com que muitas pessoas que em princípio viriam para esta vila, não para tratamentos mas somente para férias, porque são pessoas que preferem o campo à praia, acabam por se deslocarem para outros locais. Os habitantes de Monte Real não querem o encerramento da Base Aérea, mas esperam que da parte da estância militar responsável, Estado Maior da Força Aérea situado em Alfragide/Lisboa, se tomem medidas para minimizar em definitivo esta situação, o que já tem acontecido por curtos períodos intercalares mediados entre a fundação em 1959 até aos dias de hoje. Essa medida de amortização da poluição sonora, feita já em alguns períodos como se referiu e que os habitantes desejam que se processe definitivamente, consiste em desviar a rota aérea ou tráfego de circulação aérea, tanto nas descolagens como na rota de aproximação e de aterragem, para o lado do oceano Atlântico e não para o lado da terra. A rota de tráfego e de circulação aérea, de descolagem e de aproximação, e aterragem e idas e vindas do oceano Atlântico, se for feita pelo Norte, leva a que a poluição sonora das aeronaves não se faça sentir praticamente em nenhuma localidade. Tendo isto em atenção, ficam praticamente sem poluição sonora as freguesias de Monte Real e outras limítrofes a esta.

Aqui fica o pedido!

Parte da vila, só da vila, sem contar com nenhuma das outras três povoações que constituem a Freguesia de Monte Real que constituem a Freguesia de Monte Real, Granja, Segodim e Serra de Porto Urso, têm saneamento básico a funcionar após o 25 de Abril. Há a promessa da Câmara Municipal, de que o resto da freguesia será contemplada, com o saneamento a funcionar em pleno, no ano de 2008, mas os seus habitantes continuam apreensivos e se isso se realizará dentro desta data, porque já ouvem essa promessa pelas sucessivas entidades autárquicas de Leiria, desde a década de oitenta até ao presente.

Senhora Presidente, poderá hoje e publicamente comprometer-se, com a realização de tão desejado saneamento até fins de 2008?

Aqui deixamos o nosso repto!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A senhora Presidente da Câmara vai usar da palavra para os esclarecimentos que entender.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Uma intervenção muito curta, para dois ou três esclarecimentos.



Em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta do Coimbrão, dizer-lhe que partilho em absoluto das preocupações dele em relação à 109, só não sou tão pessimista sobre o efeito previsível da A17 sobre a 109. Isto é, a ideia que eu tenho é que vai ter alguma consequência positiva no funcionamento da 109. Isso não invalida que ela, na sequência disso, não venha a ter algumas melhorias aqui ou ali pontualmente, dado que nunca poderá ter uma intervenção profunda porque está muito condicionada pelo seu traçado e pelo espaço onde passa. De qualquer das maneiras, a minha convicção é de que vai ter efeitos práticos.

Uma segunda nota, que julgo que tem conhecimento, que a empreitada da construção da Estrada Atlântica está em concurso, e portanto está a avançar no sentido de vir a ser uma realidade e dar continuidade àquilo que já foi feito nos concelhos vizinhos.

Uma terceira nota, relativamente à Praia do Pedrógão, sobretudo à marginal.

Como tem conhecimento também, as intervenções na marginal da Praia do Pedrógão estão extremamente condicionadas pelo POC. Vários projectos têm sido feitos e todos eles com grandes dificuldades de execução, precisamente pelas exigências que são feitas a nível do Instituto do Ambiente. Houve uma última reunião há muito pouco tempo, em que estiveram presentes os técnicos da Câmara e o senhor Vereador Fernando Carvalho, precisamente para se definir de uma vez por todas o que é que é possível fazer-se em termos de melhoria da marginal, tendo em conta as restrições permanentes que o INA nos impõe em termos de intervenção.

Penso que é do seu conhecimento que, uma vez estabilizada essa decisão, o que nos leva a concluir que a intervenção tem que ser muito leve, não poderemos fazer aquilo que já tivemos na ideia fazer, porque as exigências são muitas em termos restritivos e se calhar nós até as compreendemos, por aquilo que o senhor já aqui na última Assembleia Municipal trouxe, e com muita razão, a influência das movimentações tem sido feita a norte, na Praia do Pedrógão.

Relativamente à intervenção da senhora deputada Manuela Santos, dizer-lhe que é preocupação da Câmara, temos acompanhado muito de perto o processo, evidentemente que não está de acordo com o modelo, que foi inicialmente apresentado, e a informação que temos é que o modelo tal e qual como aqui o referiu, terá já sido numa determinada altura presente a Conselho de Ministros e não foi aceite, voltou para trás para ser reformulado. Isso dá-nos alguma expectativa no sentido de ser dada a consideração que merece esta região de turismo. Merece pelo



peso que tem, mas merece pelo interesse que há em vender este produto turístico em termos internacionais. Portanto eu acho que quem pensou o modelo, nem é a lógica de estar a prejudicar ou a deixar de prejudicar, quer dizer, não há uma defesa evidente de um produto turístico que tem uma projecção internacional enorme, mas que tem que ter o nome Fátima, independentemente do efeito prático que isso tem em Leiria, mas tem que ter, porque o número de turistas anuais em Fátima são cinco milhões, não é um milhão, é muito significativo. Portanto, é realmente um disparate não ser aproveitada essa marca turística e a convicção que tenho é que há sensibilidade para isto e que naturalmente irá haver alguma intervenção para que a esta marca lhe seja dada a projecção que merece.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Leonel Costa, sobre o saneamento básico da Maceira, é do conhecimento público que teve que haver uma rescisão do contrato com o empreiteiro que estava na Maceira, infelizmente uma empreitada que correu mal, e neste momento está em concurso o avançar com os trabalhos. Devo dizer-lhe que há um problema, em que quando há uma rescisão ou uma falência de um empreiteiro que conseqüentemente paralisa a empreitada, não se pode de imediato avançar com o concurso porque tem que haver uma entrega da obra, uma medição das obras feitas, uma medição do que falta fazer e, portanto, há aqui um trabalho implícito do ponto de vista burocrático e administrativo que tem que ser feito e que está a ser feito e portanto o concurso está lançado e naturalmente que a partir daí só temos que pedir que não haja outro azar do ponto de vista de concorrente. Como sabem, por vezes, as pessoas têm esta dúvida, porque é que se entregam as obras a determinado tipo de concorrentes. Um concurso público obriga a que aceitemos todas as candidaturas que tenham qualidade do ponto de vista administrativo e do ponto de vista da própria empresa. Depois os critérios levam à selecção e por vezes há estes azares. Aconteceram-nos duas ou três situações (que eu oportunamente explicarei quando explicar as contas dos Serviços Municipalizados) no ano de 2006, em relação a saneamento. Esperemos que desta vez isso não venha a acontecer.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, só fazer-lhe um reparo da injustiça que comete ao dizer que há aqui uma discriminação partidária nas comemorações do 25 de Abril.

As comemorações do 25 de Abril são uma organização da Câmara. A Câmara tem a representatividade que os eleitores de Leiria quiseram. E a essa representatividade



é-lhe dada a oportunidade de participarem activamente com intervenções nas comemorações do 25 de Abril. Se a organização fosse da Assembleia Municipal, eu entenderia aquilo que o senhor deputado disse, mas a organização é da Câmara e a Câmara tem a representatividade que tem. Não fui eu, naturalmente que também contribuí com o meu voto, mas foi essa a opção dos leirienses e é essa a representatividade. Portanto, não posso de maneira nenhuma aceitar que o senhor venha aqui dizer que não há respeito pela democracia, pela representatividade, total respeito, sempre assim foi. Os partidos que estão representados na Câmara intervêm nas comemorações do 25 de Abril com uma intervenção própria. Por norma é também usual o senhor Presidente da Assembleia Municipal ou um seu representante tomar a palavra, se assim o entender, em representação deste órgão.

Já sabemos que este ano isso não aconteceu, por razões que o senhor Presidente aqui explicou, mas rejeito totalmente a observação que fez. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhora Presidente.

Nós temos agora na Mesa duas moções, apresentadas pelo senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, pelo deputado Cláudio de Jesus e pelo senhor Presidente da Junta do Souto da Carpalhosa, que teremos de pôr à votação neste momento. Vou começar pela do senhor deputado Cláudio que diz o seguinte:

MOÇÃO

“Representando o Perímetro Hidroagrícola do Vale do Lis uma obra de inegável interesse estratégico para a região do Lis, nomeadamente para as populações que desenvolvem a sua actividade na estreita dependência desta importante infraestrutura de hidráulica agrícola, vem a Assembleia Municipal de Leiria manifestar a sua discordância quanto à não homologação por parte do Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, da candidatura apresentada ao Programa AGRIS por parte da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Lis, e relativa ao 1º Bloco, na zona do Boco, numa extensão de cerca de 200 hectares e com um investimento de 6,7 milhões de euros.

Solicita-se a revisão da posição do Sr. Ministro sobre esta matéria, uma vez que a referida candidatura foi já cabimentada no Programa Operacional do Centro do programa AGRIS.”

Alguém deseja pronunciar-se sobre esta moção?

Senhor deputado Carlos André, faça favor.



DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

O Partido Socialista como sempre tem feito e de resto a intervenção da deputada Manuela Santos foi aqui um exemplo disso, uma posição crítica em relação a uma atitude de uma instituição do Governo, o Partido Socialista entende que a defesa do desenvolvimento regional se coloca à frente de todos os outros interesses e portanto votaremos favoravelmente esta moção. Mas, uma vez que, está subjacente um conjunto de pressupostos que foram aqui enunciados pelo senhor deputado Cláudio de Jesus e agradecendo-lhe os esclarecimentos que me prestou, eu gostaria de, ao agradecer, retribuir-lhe dizendo que não é verdade que o Ministério da Agricultura se tenha alheado de todo este processo, o emparcelamento não foi feito pela Associação de Regantes, o emparcelamento foi feito por técnicos do Ministério da Agricultura, pelo menos foram eles que falaram comigo, porque propriedades da minha família foram objecto de emparcelamento e não foi a Associação de Regantes (da qual sou sócio) que tratou dessas questões. As questões técnicas têm sido tratadas pelo Ministério da Agricultura. Quanto à não homologação da candidatura, é uma coisa substancialmente diversa da sua intervenção e nesse sentido nós estamos de acordo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado Carlos André.

Se não há mais intervenções, ponho esta moção à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a moção.

A segunda moção foi apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa e diz o seguinte:

Moção

"A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 27 de Abril de 2007, considerando que:

- 1. A construção da auto-estrada A17 se encontra em fase adiantada e não foram acauteladas as mínimas condições de segurança para as populações vizinhas, nomeadamente no que se refere a passeios contíguos às obras de arte e escoamento de águas pluviais.*



2. *A variante a Monte Real, construída pela concessionária, separa as localidades de Várzea e Picoto obrigando a que a ligação pedonal entre as mesmas só seja possível atravessando a já congestionada EN 109 por duas vezes, na zona do nó de acesso à auto-estrada em Arroiteia.*

É uma situação de elevado risco para quem atravessa a pé e naturalmente para o trânsito o que é manifestamente indesejável e que não pode ser aceita pelas populações do Concelho.

A Assembleia Municipal deliberou submeter à consideração do senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao senhor Governador Civil do Distrito de Leiria, ao consórcio concessionário LACE, à Brisa e ao E.P., e exigir a correcção dos erros apresentados.”

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

A nossa posição no tocante a esta moção é idêntica à posição que tomámos no que diz respeito à moção anterior. Mas, também aqui importa sublinhar uma coisa:

Suponho ser verdade, se não for agradeço que a Câmara Municipal me desminta, que em Março de 2005, a E.P.- Estradas de Portugal, enviou à Câmara Municipal o projecto da A17, pedindo-lhe que se pronunciasse no prazo de sessenta dias e a Câmara Municipal de Leiria, no prazo que lhe foi fixado, não se pronunciou. Isto também deve ficar registado em acta e nesse sentido depois, votaremos favoravelmente a moção.

VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS E EQUIPAMENTO (ENG.º FERNANDO CARVALHO)

Boa noite!

Fernando Carvalho, Vereador.

Na sequência da intervenção do senhor deputado Carlos André, sobre a problemática da A17, queria só prestar um esclarecimento.

É verdade que o Município de Leiria foi consultado aquando da entrega do projecto, para se pronunciar sobre eventuais irregularidades ou erros do projecto. É verdade, isso já aqui foi dito noutras ocasiões, e volto a afirmar isso. No entanto, é preciso dizer-se que essa consulta aos municípios, sempre que há obras deste género, é feita



a título facultativo e os pareceres nem sequer são vinculativos. No entanto, é feita uma análise à escala macro, porque nós não temos competência nem compete ao município fazer uma análise exaustiva de todos os pormenores construtivos da auto-estrada, isso seria uma tarefa gigantesca, e portanto, compete ao E.P., que é a entidade que promove a concessão, aprovar esse projecto. E para isso, recorre, depois do projecto ser feito, a entidades que fazem a certificação do próprio projecto. E portanto, a responsabilidade de qualquer omissão ou erros de projecto, é sempre imputável ao E.P. Apesar disso, no decorrer de uma obra com a importância e com a dimensão da auto-estrada A17, há sempre pequenos pormenores, sejam colectores pluviais, sejam passeios, sejam obras até de uma outra envergadura, que a todo o tempo e dada a envergadura da obra, possam ser corrigidos. E portanto as observações que são feitas pelos senhores Presidentes de Junta, pelas autarquias locais, que mais rapidamente se apercebem de alguma deficiências, devem ser encaradas com alguma abertura. É isso que eu lamento! É que depois de um projecto fechado, haja uma total cegueira no cumprimento desse mesmo projecto, sem atender às recomendações e aos alertas que sejam feitos quer pelas Juntas de Freguesia quer pela Câmara, porque a todo o tempo e volto a dizer, que são pequenas intervenções, que face ao custo total da obra, são perfeitas insignificâncias. E portanto quando uma Junta de Freguesia vem hoje, e até pode vir amanhã, apresentar um outro problema que seja constatado no local, apresentar às entidades uma melhor atenção para se resolver, o Município tem que estar ao lado dessas populações e da Junta de Freguesia, e tentar junto da concessionária, junto do E.P., que essas correcções sejam concretizadas.

É só isso que está em causa. Muito obrigado

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Naturalmente tudo o que é dito fica registado em acta.

Mais alguém deseja intervir sobre esta moção?

Assim sendo vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar a moção.

O senhor deputado Vitorino Pereira apresenta duas moções extensas e começava por ler a moção sobre o 1º de Maio:



Mocão

Considerando o congresso realizado em Paris em 1889, onde o Dia Mundial do Trabalho foi criado, em homenagem à luta de milhares de trabalhadores dos Estados Unidos da América, sujeitos a violenta repressão policial durante a realização, três anos antes, de uma greve geral no centro industrial de Chicago, por melhores condições de trabalho e na luta pelas oito horas de trabalho diárias;

- 1. Sabendo-se que em Portugal este feriado simbólico foi estabelecido em 1889, primeiro ano em que participou numa reunião operária internacional, estando suspenso durante a vigência do Estado Novo, tendo sido restaurado com a revolução de Abril de 1974;*
- 2. Atendendo a que no próximo dia 1 de Maio se comemora o 33º Aniversário do Dia Internacional do Trabalhador em Liberdade, data que corresponde à inequívoca Consolidação da Revolução de Abril;*
- 3. Reconhecendo as vitórias consagradas como direitos fundamentais na Constituição da República, tais como o acesso universal ao trabalho, o direito à greve, à livre contratação colectiva, contra a insegurança e a instabilidade, assim como as conquistas alcançadas, como a liberdade sindical, a institucionalização do salário mínimo nacional, a generalização do 13º mês, das pensões de reforma e dos subsídios de férias e de desemprego;*
- 4. Assumindo os ideais, direitos e garantias preconizados no Dia Internacional do Trabalhador como o pleno emprego, assente na estabilidade, protecção e igualdade social, contra a precariedade e pela justiça social;*
- 5. Entendendo que Portugal tem vindo a sofrer um profundo agravamento da taxa de desemprego, acompanhado da generalização de desregulações e precariedades no trabalho, correspondentes a uma redução de salários e perda de direitos individuais e colectivos;*
- 6. Considerando que as medidas assumidas nos últimos anos constituem retrocessos nos direitos, nomeadamente o projecto neoliberal da flexisegurança, o livro verde da União Europeia e o livro branco, intrinsecamente associados à revisão do Código de Trabalho, cujas consequências assumem proporções confrangedoras, das quais se salientam a precariedade laboral e as assimetrias sociais;*



O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 27 de Abril de 2007, decida:

- 1. Congratular-se com a passagem dos 33º anos do 1º de Maio em Liberdade e saudar todos os trabalhadores do Município de Leiria assim como os Sindicatos representativos destes trabalhadores.*
- 2. Repudiar qualquer acção que viole os princípios consagrados no espírito do 1º de Maio.*
- 3. Solidarizar-se com todas as iniciativas cidadãs que promovam os direitos fundamentais conquistados no 1º de Maio, apelando à participação dos cidadãos do Concelho de Leiria nos actos comemorativos do Dia Internacional do Trabalhador.*
- 4. Enviar a presente moção à CGTP e UGT."*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Senhor Presidente, senhores deputados municipais.

Que fique claro, muito claro, para constar em acta:

O Partido Socialista saúda os trabalhadores portugueses no 1º de Maio de 2007, como saúda no 1º de Maio de todos os anos. E saúda essa data para cuja celebração adquirimos direito em 25 de Abril de 1974. Saudamos todos os trabalhadores e os seus sindicatos e os trabalhadores que não estão em sindicatos, saudamos todos, mas consideramos que essa celebração é uma celebração que tem que ser uma festa e uma festa é um momento de consenso, entendemos nós.

A presente moção é um manifesto de carácter partidário, o Bloco de Esquerda está no seu pleno direito de apresentar esta moção, mas ao fazê-lo da forma que o faz, o Bloco de Esquerda está a convidar o Partido Socialista e só falo pelo Partido Socialista, a votar contra. E é isso que faremos!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

O Partido Social Democrata como partido interclassista, naturalmente que saúda todos os trabalhadores como saúda todos os empresários, como saúda toda a população em geral. E saúda naturalmente o 1º de Maio que é logicamente uma data que a todos diz muito. Mas, obviamente que, o Partido Social Democrata, não alinha em demagogias baratas como aquela que o Bloco de Esquerda aqui trouxe com esta moção. E portanto vai votar contra com toda a certeza, porque esta moção e também partilhando as palavras do senhor deputado Carlos André, é manifestamente divisionista, relativamente ao espírito do 1º de Maio. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Eu relembro os senhores deputados para a necessidade de não usar termos que possam depois constituir situações de conflito e por isso peço que o não façam.

Faça favor senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite, Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Como é a primeira vez que falo uma saudação a todos.

Anteriormente também ao 25 de Abril e subsequente ao 1º de Maio, logicamente e porque quem me antecedeu nas palavras o fez de forma que eu não diria melhor, e porque também faço parte do tal arco da governação como foi referido pelo nosso ilustre colega Vitorino Vieira Pereira, nos sucessivos governos com o CDS/PSD e com o Partido Socialista, de facto, nesse arco, estamos também de acordo no sentido de que também nós estamos de acordo com a saudação aos trabalhadores, e nos trabalhadores englobo os empresários, todas as pessoas que fazem por este País, que fazem este País, obviamente que nessa festa cada um participa como entende, seguramente que algum dia teremos a possibilidade de fazer uma discussão alargada que já tem sido feita há tanto tempo, mas há uma coisa senhor deputado, que eu lhe queria perguntar.

Eu gosto sempre dos partidos novos, com pouca história, porque há uma coisa que tem de vantagem, é que trazem pessoas, e o senhor deputado sabe a enorme simpatia que eu tenho por si. Mas senhor deputado, onde é que andou estes trinta e três anos? Não teve nada a ver com os sucessivos governos que governaram este País? Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções, eu coloco esta moção à votação, e eu peço desculpa ao senhor deputado Vitorino Pereira, se calhar deveria ter apresentado primeiro a Moção sobre o 25 de Abril, pelo menos em termos de calendário.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor? Dois votos a favor.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria de votos contra e dois votos favor, rejeitar a moção.

Agora passaria a ler a moção sobre o 25 de Abril:

Mocção

1. Considerando que no passado dia 25 de Abril se comemorou o 33º Aniversário da queda do regime totalitário, anti-democrático e colonialista de António Oliveira Salazar;
2. Sabendo que a Revolução dos Cravos prometia a democracia, a justiça e a igualdade e gritava pelos direitos humanos, pelas garantias e liberdades dos povos;
3. Atendendo às vitórias sobre os direitos, a esperança e a qualidade de vida, do acesso universal ao trabalho, à saúde, à educação, a cultura, à justiça e à habitação;
4. Reconhecendo as conquistas preconizadas, nomeadamente a elaboração de uma Constituição que assegura a liberdade, a democracia e a promoção da igualdade de oportunidades para todos e todas;
5. Tendo em conta que a Revolução de 1974 permitiu o desenvolvimento da democracia, a liberdade de imprensa, o Estado de Direito, o Poder Autárquico Democrático, a separação de poderes, o respeito pelos Direitos do Homem e do ambiente, o estatuto de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, a liberalização do divórcio, etc;
6. Entendendo que a consagração do direito de escolha no planeamento familiar na promulgação da nova Lei relativa à Interrupção Voluntária da Gravidez, constitui a vitória mais recente da luta pela liberdade individual, um dos marcos fundamentais da revolução;



7. Assumindo os ideais e valores essenciais contidos na génese do 25 de Abril como a convivência plurinacional, a paz, a dignidade e o desenvolvimento por uma economia sustentada de pleno emprego e assente na estabilidade, protecção e igualdade social;
8. Considerando que as medidas assumidas nos últimos anos constituem retrocessos nos direitos conquistados pela Revolução dos Cravos, nomeadamente o projecto neoliberal da flexisegurança, cujas consequências assumem proporções confrangedoras, das quais se salientam a precariedade laboral e as assimetrias sociais;
9. Reconhecendo que o exercício da cidadania ainda não se assume pleno, que a saúde e a justiça conhecem dificuldades em termos de celeridade e eficácia, que a educação e a cultura ainda não se apresentam universais e que as assimetrias do desenvolvimento do território se mantêm;
10. Assumindo a necessidade de acrescentar novos valores aos de liberdade, igualdade, solidariedade e fraternidade, preconizados por Abril, no combate sério à pobreza e à exclusão social e na garantia dos direitos das minorias e suas identidades, cuja assumpção a globalização nos impõe;
11. Salientando a importância e as consequências da Revolução de 1974 no nosso concelho assim como o desejo de que o concelho seja um exemplo de tolerância e de solidariedade;

O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal na sua reunião ordinária de 27 de Abril de 2007, decida:

1. Congratular-se com a passagem dos 33 anos do 25 de Abril e saudar todas as vítimas da PIDE e do regime de repressão, muito particularmente os cidadãos que lutaram pela liberdade, contribuíram e continuam a contribuir para o aprofundamento do processo democrático conquistado com a revolução de 1974;
2. Repudiar qualquer acção que viole os princípios consagrados na Constituição Portuguesa e direitos conquistados, atitudes contrárias ao espírito do 25 de Abril e à implantação de uma democracia plena;
3. Que o 25 de Abril passe a ser comemorado pela Assembleia Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Esta moção está à discussão!

Faça favor senhor deputado Carlos André.



DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

A nossa posição em relação ao 25 de Abril, ficou clara no texto que o senhor deputado Pedro Biscaia leu há pouco, e portanto, nesse aspecto é inequívoca.

Agora, permita-me e suponho que não falo só em meu nome ou em nome do Partido Socialista, atrevo-me a falar em nome de muitos outros deputados municipais.

Eu gostava de reavivar a memória ao senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

Para acontecer o 25 de Abril de 1974, foi necessário que muita gente, muita gente que estava à esquerda, muita gente que estava ao centro, muita gente que estava à direita, muita gente que era activa, muita gente que era menos activa, muita gente que já tinha estado presa, muita gente que nunca tinha estado, gente de todos os quadrantes, gente de todas as feições ideológicas, foi preciso que todos se encostassem àquela porta, para que fosse um movimento muito grande e derrubassem aquela porta. Só assim é que foi possível. A porta caiu, não foi apenas porque um punhado de militares o fizeram, saudamo-los, mas foi porque antes disso, houve muita gente que se juntou e que depois derrubada a porta, essas pessoas todas deixaram vir ao de cima as suas clivagens. E uns foram para um partido e outros foram para outros e o que a história nos ensinou, ao longo destes trinta e três anos, até foi uma coisa fantástica e que foi conseguida por acção de muitos dos nossos políticos. Não vou aqui citar nome nenhum justamente para poder sentir que estou a falar em nome de todos nós. Foi que alguns dos nossos dirigentes, dos mais prestigiados e que ainda hoje veneramos, souberam levar os portugueses a fazer as pazes com a história, o que fez com que, até muitos daqueles que não estavam no meio da multidão que derrubou a porta, foram recuperados para o processo democrático, e fazem parte hoje da nossa democracia, nos mais variados leques partidários ou fora deles.

O espírito do 25 de Abril é esse, é o espírito de unidade, não é um espírito partidário. O 25 de Abril, não pertence a ninguém, e portanto, saudamos os que foram vítimas da PIDE e saudamos os outros todos, porque todos nós cidadãos portugueses, somos beneficiários directos do 25 de Abril. E os mais directos beneficiários, são as crianças, que não viveram nada do 25 de Abril, e que têm pela frente um futuro que foi construído pelo 25 de Abril, e que foi construído por nós, que fizemos este País desde há trinta e três anos para cá, depois do 25 de Abril. É nessa unidade e só nessa unidade, que eu sou capaz de celebrar Abril, e não sou capaz de celebrar Abril



quando, seja quem for, se atreva a querer usar o título de registo de propriedade, em relação a essa data. Essa data é de Portugal, essa data é de todos nós.

Esta moção, é marcadamente ideológica, e por ser marcadamente ideológica, está à margem daquilo que eu entendo, que nós entendemos, ser o espírito de Abril. Só podemos ter em relação a ela uma atitude, é votar contra para usar uma linguagem mais democrática e mais branda possível.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Faça favor senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

O PPD/PSD, como toda a gente sabe, teve a sua génese no pós 25 de Abril, no dia 6 de Maio de 1974. Entre os seus fundadores, estiveram nomes como Francisco Sá Carneiro e Pinto Balsemão, que lutaram contra a ditadura, como todos sabem. E portanto, o 25 de Abril, é para o PPD/PSD naturalmente uma data a assinalar, sempre, e o espírito com que o faz é sempre um espírito de completa liberdade, é um espírito de grande abrangência e um espírito de unidade. Portanto, é preciso dizer mais uma vez ao senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, que procure unir, não procure dividir, e a sua moção é claramente divisionista uma vez mais, é criar clivagens onde elas não existem. Portanto o Partido Social Democrata, por isso ser contrário ao espírito de Abril também vota contra a sua moção.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

O CDS foi um partido que viveu no pós 25 de Abril, uma situação extremamente complicada no Campo Pequeno, e outra no Palácio de Cristal no Porto.

O CDS, orgulha-se profundamente de fazer parte do 25 de Abril de 2007. O CDS, tem também muito a contribuir para este País, e o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, que é uma pessoa de uma afabilidade extrema, de facto também tem. Mas tem não com este tipo de moções, que presumo, porque não têm a ver com a sua índole, serão panfletárias em termos ideológicos do partido. Estará provavelmente



por todas as assembleias municipais deste País, a ser discutida e votada uma moção igual à sua, que pouco ou nada tem a ver consigo, pouco ou nada tem a ver connosco, mas pior que tudo, pouco ou nada tem a ver com Abril.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Não há mais intervenções, vamos pôr esta moção à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor? Dois votos a favor.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria de votos contra e dois votos favor, rejeitar a moção.

Faça favor senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Eu queria dizer ao senhor deputado que lamento, pela primeira vez na minha vida, ter de votar contra duas moções que versam o 25 de Abril e o 1º de Maio. Tenho pena que me tivesse obrigado a fazê-lo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Antes de terminar este primeiro período de “antes da ordem do dia”, vou ler a moção do senhor deputado João Cunha, a qual por lapso, me esqueci de o fazer e naturalmente que a termos que votar.

Moção

1. Tendo em conta que o Ministério da Educação decidiu marcar para o dia 22 de Maio próximo as provas de aferição do 4º e 6º ano de escolaridade;
2. Considerando que esse dia se constitui, desde há muito tempo, como o Feriado Municipal de Leiria e que é assinalado, quer através de cerimónias oficiais, quer através da participação das famílias em eventos populares;
3. Considerando que o referido Feriado Municipal é do conhecimento oficial e de todo o País;

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia 27 de Abril de 2007, em Monte Real, manifesta a sua estranheza por tal marcação das provas de aferição, e exprime o seu sentimento de que vê como uma desconsideração, ao Concelho e à sua autarquia, a



persistência na sua realização mesmo após o alerta de diferentes entidades para a existência do Feriado Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, PS.

Eu e penso que o grupo todo de deputados do PS vão –se abster pela seguinte razão:

Eu penso que se trata de provas nacionais, provas que têm que ser feitas todas ao mesmo tempo. E sabendo como se sabe, de que há uns tempos haviam trezentos e cinco concelhos e agora são trezentos e oito (diz-me a senhora Presidente), que se calhar quase todos têm feriados municipais, se seria possível arranjar no País a coincidência de um conjunto de dias em que não houvesse algum feriado municipal metido no meio. E portanto, fico nessa dúvida e não sei se será por isso que será uma inevitabilidade o ter que cair no feriado municipal de alguém, e caiu em Leiria provavelmente. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor deputado João Cunha vai esclarecer.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Isto tratam-se de provas que sendo a nível nacional não são decisivas, têm efeitos estatísticos fundamentalmente, e portanto essa questão acaba por ser despicienda.

Eu não vejo que por exemplo o Governo não tenha indicado o dia 13 de Junho para realizar estas provas como é obvio. Portanto o facto de terem sido previamente alertados para a existência de um feriado municipal em Leiria, é que me leva a considerar e daí a razão da minha proposta, de que se trata de uma desconsideração em relação ao Município de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra o senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

O senhor deputado queria 13 de Junho? Se calhar podíamos escolher o feriado municipal de Macedo de Cavaleiros, de Trancoso, podíamos escolher Freixo-de-



Espada-à-Cinta, podíamos escolher Ferreira do Alentejo, quer dizer, foi de propósito Leiria. Eu acredito piamente, e temos tomado aqui muitas posições de crítica em relação ao Governo, quando ferem claramente os interesses das nossas populações, não é o caso, eu quero acreditar, não tenho dúvida nenhuma em relação a isso, que o Governo não pensou no dia 22 de Maio em Leiria, como não pensaria se fosse no dia 15 de Maio e se fosse Caldas da Rainha. Podia ter escolhido o 15 de Maio, de Caldas da Rainha, de certeza que não estava a pensar que era Caldas da Rainha, calhou. Os senhores deputados já pensaram, que se calhar esta data era aquela que mais jeito dava, no calendário escolar? E depois coincidiu com Leiria. E vai-se mudar para 23 e no dia 23 coincide com outra coisa qualquer!

É por isso. Se o senhor deputado fosse capaz de me demonstrar aqui que no dia 23, dia 25 e no dia 28 não havia feriados municipais em Portugal, eu talvez votasse favoravelmente a sua moção. Mas como não tem aqui provas, de que não há feriados municipais ali à volta, o Partido Socialista não vai votar contra, não fazemos disto cavalo de batalha, mas garanto-lhe que nos abstermos, porque achamos que isto é demagogia da mais barata.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Deputado Domingos Carvalho!

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhora Presidente, um pedido.

Eu sei e todos sabemos, que não existem de facto trezentos e oito feriados municipais no País, ou seja, eu sei que há imensos municípios que têm feriado municipal no mesmo dia. Isso é um dado que eu sei. E partindo deste pressuposto que todos nós sabemos, sabemos que ficam logo à partida muitos dias disponíveis.

Portanto, deixava uma sugestão, um pedido à senhora Presidente, com facilidade, uma vez que é do conhecimento nacional a listagem dos feriados municipais de todo o País, que possamos fazer uma sugestão efectiva de uma data nesta semana, que eu tenho a certeza absoluta que haverá com folga. Mas gostava só de deixar uma nota sobre o que o senhor deputado disse anteriormente.

É evidente que poderíamos correr o risco de ir para Freixo-de-Espada-à-Cinta ou para qualquer outro concelho do País. Há uma coisa que eu penso, que quem de



direito tem que apreciar, e já que falamos em alguma periodização para as situações, Leiria é uma capital de distrito, não há tantas assim, e portanto só esse factor daria alguma relevância a que fosse a capital de distrito e o seu município premiado em relação a qualquer outro, cujo número de afectados seria francamente inferior.

Mas o pedido que eu deixo à senhora Presidente era o de que verificasse, se há alguma folga nos feriados, porque há de facto imensos santos que são o feriado municipal de muitos municípios e se calhar existe e resolve-se o problema com uma sugestão oficial. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor deputado João Cunha para um esclarecimento final...

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

É só para dizer ao senhor deputado Carlos André que a demagogia barata a que se refere, é partilhada pela deputada do Partido Socialista Odete João que, foi uma das pessoas que levantou a questão junto do Ministério da Educação. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu penso que não há conciliação, a moção será então posta à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria aprovar com vinte e um votos a favor e trinta e uma abstenções aprovar a moção.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu julgo que era importante dar um esclarecimento no seguimento da sugestão ali apresentada pelo senhor deputado Domingos Carvalho, relativamente a este assunto que acabou de ser votado. Eu julgo que nesta altura é completamente impossível introduzir essa alteração, está tudo programado para o dia 22 de Maio, mas para o futuro é possível, sendo que eu também tenho dúvidas se é possível marcar nalgum dia que não seja feriado municipal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Terminámos assim esta primeira parte do período de “antes da ordem do dia”, e como já aconteceu noutras assembleias, também tendo em conta que se prevê que



esta sessão se vá arrastar para tarde, eu queria dar agora a oportunidade a duas intervenções por parte do público, que disseram ser muito breves, e como homenagem aos cidadãos de Monte Real, eu chamava para a primeira intervenção o senhor Fernando Duarte.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

FERNANDO DUARTE

Boa noite a todos.

Agradeço a oportunidade e para mim também é um prazer muito grande ver que Monte Real não é esquecida, embora eu não seja cidadão da terra, sou vizinho, mas fico satisfeito por isso.

Chamo-me Fernando Duarte, vivo no Picoto, natural do Picoto, uma terra pacata mas muito agradável. Nós colocámos uma exposição e pretendia ouvir um esclarecimento por parte da senhora Presidente da Câmara, exposição essa apresentada ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa, efectivamente sobre o corte entre as duas localidades. O que pusemos em causa foi mais a questão do acesso ao cemitério, por considerarmos que é de facto o maior risco que se apresenta, já que por norma o cemitério é visitado regularmente por pessoas idosas, onde eu incluo a minha mãe que tem setenta e sete anos presentemente, e considero que de facto pessoas com esta e mais idade, que visitam regularmente o cemitério, não têm condições de facto para passar aquela rotunda e aquela via rápida. Pelo que, penso que seria de todo o interesse aprofundar e estudar este tema, no sentido de se criar uma zona pedonal aérea, que vá dar ao cemitério, porque pacato como eu disse e como efectivamente somos, não queríamos ser obrigados a tomar posições de força. Poucos, bons e fortes é assim que eu caracterizo a gente de Picoto. Se tivermos que tomar posições de força, também as saberemos tomar, é desagradável para todos, mas penso que a Câmara e os senhores deputados estarão do nosso lado e queremos contar com o vosso apoio. Era só este esclarecimento que eu queria ouvir da senhora Presidente da Câmara. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Segue-se no uso da palavra o senhor Pedro João!



PEDRO JOÃO

Boa noite a todos.

Eu sou da Freguesia do Souto da Carpalhosa, residente em Várzeas.

O assunto tem a ver com a A17, devido ao desvio que fizeram das águas, no sentido das Várzeas, houve uma rua que no Inverno passado ficou completamente inundada e eu queria pedir ajuda à senhora Presidente, para que o próximo Inverno não fosse obrigado a alugar um barco para ir para casa.

A razão deste meu pedido de ajuda, vem na sequência do que nos foi dito por alguns técnicos para nos acalmar, de que a as obras iriam ser iniciadas, que iam fazer uma conduta de água para o rio, com capacidade para levar essas águas. As máquinas estão prestes a partir e continua tudo por fazer. Portanto era nesse ponto que eu pedia a intervenção da Câmara para evitar que se repita a situação do Inverno passado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado, agradeço estas intervenções, aliás como tiveram oportunidade de ouvir, este assunto já foi aqui hoje abordado e portanto como podem constatar a Assembleia está atenta também e representa os munícipes, e estas sugestões são bem-vindas. Julgo que a opinião da senhora Presidente da Câmara também vai neste sentido.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

O esclarecimento que eu posso dar sobre este assunto, o Eng.º Fernando Carvalho já deu algumas notas importantes, mas queria dizer que nós naturalmente que estamos a acompanhar o processo e ainda esta semana estivemos quer com o Presidente do E.P. quer com os técnicos da própria empresa Estradas de Portugal, que nos disseram que independentemente da possível ideia de abandono da obra, isto é, há uma urgência em abrir a auto-estrada, e portanto, estão sobretudo a dedicar-se à finalização dos trabalhos na auto-estrada. Mas que todas as situações tinham sido colocadas, dos tais pequenos pormenores que surgem em obra e que têm que ser resolvidos, nomeadamente o que tem a ver com águas pluviais, com passeios, com a dita travessia, que naturalmente seriam resolvidos. Isto foi-nos dito esta semana e é o que por agora lhes posso transmitir, mas isto não significa que nos possamos distrair, porque temos que estar atentos e para nós o problema só está resolvido quando as obras forem feitas, naturalmente. E portanto, quer da parte do senhor



Presidente de Junta quer das populações o que eu peço é atenção e informarem-nos se realmente aquilo que nos foi prometido vai ou não ser realizado. Mas como disse, foi uma conversa de há dois dias com os responsáveis das Estradas de Portugal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Terminamos portanto este período e vamos entrar de imediato no período da ordem do Dia.



ORDEM DO DIA

1. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Estão abertas as inscrições?

Ninguém quer usar da palavra!

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do relatório da Presidente da Câmara sobre a actividade do Município e relatório financeiro.

2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2006 – Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

Estão abertas as inscrições!

Entretanto dava a palavra à senhora Presidente para dar uma explicação prévia sobre este assunto.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Com certeza que estarei receptiva a responder às questões que me forem sendo colocadas, mas por norma faço sempre uma introdução prévia aos pontos agendados.



Queria só dar nota do seguinte, naturalmente que os senhores ao analisarem os documentos perceberam.

Enfatizar o comportamento negativo dos impostos directos no ano de 2006, ao contrário do que seria expectável, relativamente e comparativamente ao ano de 2005.

Considerando os impostos directos, aqueles que têm influência directa e aqueles que são da superintendência da Câmara, que são o IMI (substituto da contribuição autárquica), o IMT (substituto da SISA), a derrama e o Imposto sobre Veículos, no total destes impostos nós tivemos um decréscimo, de 2005 para 2006, de cerca de dois milhões de euros. Algo que com certeza não se imaginava porque, como é sabido, a reforma do património previa que, sobretudo no caso do IMI, o seu aumento fosse muito significativo. Isso veio a acontecer efectivamente em alguns municípios do País, no caso de Leiria não aconteceu e isto tem a ver sobretudo com a antiguidade do parque habitacional. Isto é, municípios com um número significativo de prédios antigos, tiveram um aumento significativo do IMI, porque todos esses prédios sofreram actualizações, elas também significativas.

No caso de Leiria, o nosso parque habitacional mais significativo é recente, e portanto o impacto de crescimento do IMI de 2005 para 2006 só agora é que começamos a ter uma percepção real do comportamento deste imposto, que é um imposto novo, com regras novas de tributação. No caso do IMI teve efectivamente um crescimento mas foi de cerca de 11%. Ao contrário, o IMT/SISA teve um decréscimo de 32%, o que significou em valor cerca de três milhões de euros. A derrama teve um decréscimo muito pouco significativo, o que por um lado reflecte o bom comportamento apesar de tudo, da conjuntura negativa ou de dificuldades por que passa o tecido empresarial, mas teve um decréscimo de cerca de 4%. O Imposto sobre Veículos sofreu um aumento razoável de 12%. O somatório deste resultado final é um decréscimo de dois milhões de euros.

Acresce a isto um facto singular: pela primeira vez nós tivemos um valor perfeitamente anormal de restituições, sem conseguir saber em concreto o que é que se passa com essas restituições, porque o domínio que as autarquias têm sobre estes impostos directos é um domínio muito limitado. Os impostos são nossos, a receita é nossa, mas o cobrador é o Estado e dá-nos uma informação muito diminuta do comportamento, das datas de entrega de valor, etc. Nós vamos sabendo quando recebemos o dinheiro e mais nada.



As restituições, supomos nós por informações de grande dificuldade, que se trata de reclamações apresentadas e que em determinada altura foi-lhes dado provimento e acabamos por ter um aumento de restituições de 121%, o que significa que no ano de 2006 tivemos cerca de um milhão e trezentos mil euros de restituições. Isto era completamente impensável, não havia sequer dotação orçamental para aceitar estas restituições todas e é realmente uma expectativa que existe, é que a nova Lei das Finanças Locais tem previsto regras muito rigorosas de informação aos municípios sobre o comportamento destes impostos directos, mas a verdade é que nem isso começou a funcionar e é algo que perturba o funcionamento do ponto de vista de Tesouraria, porque é perfeitamente aleatória a data em que nos enviam a verba e portanto há aqui um desconhecimento muito grande.

Só para terem uma ideia, que é importante, em determinada altura solicitámos aos Serviços de Finanças competentes que nos informassem qual o valor da derrama que dizia respeito a empresas sediadas no concelho de Leiria, para nós termos a noção de qual é a derrama que diz respeito às empresas de Leiria e qual é a derrama, que apesar de ter reflexos na nossa receita, diz respeito a empresas (que aqui já foi referido ainda há pouco o caso dos cimentos, mas há outras) que não têm sede no concelho de Leiria mas que têm algum contributo para a nossa derrama. Até hoje não conseguimos esta informação. Portanto, só para terem a ideia da dificuldade, que apesar de impostos nossos terem um peso enorme na nossa receita total, no caso de Leiria estes impostos representam quase 64% da receita total, são impostos de grande importância, e o desconhecimento que há sobre o funcionamento deles próprios, o que nos provoca dificuldades naturalmente na gestão.

Uma nota seguinte, relativamente às despesas com pessoal: o seu crescimento de 2005 para 2006, foi na ordem dos 2%. O que é um crescimento revelador do controlo muito significativo das admissões e das contratações, porque os 2% reflectem exclusivamente actualizações salariais. Nem sequer dava cobertura às actualizações salariais, teve que haver redução de efectivos e do movimento evolutivo das carreiras e categorias, que é obrigatório acontecer todos os anos.

A poupança corrente, a diferença entre receitas correntes e despesas correntes, foi de cerca de seis milhões e quinhentos mil euros, o que significa que houve parte da receita corrente que foi aplicada em despesas de investimento, entendemos nós uma política correcta de canalização de receitas.



Uma nota final, de explicação do desvio de realização do orçamento, isto é, o que estava orçamentado e aquilo que veio a acontecer, sobretudo no que diz respeito à receita e que naturalmente teve consequência também, no desvio na despesa.

O desvio na receita foi justificado pela não realização da venda do Topo Norte, que tinha sido previsto no orçamento, por ter havido uma decisão estratégica diferente, como é sabido, na sua incorporação no processo da unidade comercial, e a previsão de cerca de dez milhões e oitocentos mil euros de antecipação de receitas, numa operação que tinha sido prevista e depois não se veio a realizar, derivado à saída da Lei das Finanças Locais e que naturalmente impediu essa concretização.

E portanto, são estas as razões objectivas, estão devidamente explicadas quer no relatório de contas quer no próprio relatório de actividades. Para já senhor Presidente não tenho mais informações a dar e naturalmente que responderei às dúvidas que existirem.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Tem então agora a palavra, o senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras, meus Senhores!

Antes de expressar os juízos de carácter político que os documentos de prestação de contas me sugerem, permitam-me que, de uma maneira muito sucinta, evidencie as variáveis que mais influenciaram o desenvolvimento das mesmas.

Faço-o em primeiro lugar numa perspectiva da formação dos agregados que constituem a receita e a despesa do exercício, em comparação com o exercício anterior, e depois na óptica do confronto entre as contas apuradas com os valores que, a seu tempo, foram orçamentados para cumprimento das opções do plano para o ano em análise.

A receita total arrecadada pela Câmara em 2006 foi praticamente da ordem de grandeza da do ano anterior e, teria sido quase 4% inferior, se não tivesse havido recurso a um empréstimo bancário de cerca de 2,5 milhões de euros.



Refiro este facto somente pela circunstância de que o orçamento não previa o recurso a passivos financeiros para alimentar a receita do exercício de 2006.

As receitas de capital, mesmo não contemplando o referido empréstimo, cresceram, verificando-se que as receitas correntes viram o seu montante diminuir, principalmente devido a uma menor arrecadação dos impostos directos e indirectos.

Nada que não fosse previsível dentro da conjuntura económica nacional, principalmente nas áreas que mais influenciam a economia das autarquias.

Quanto à despesa verifica-se que a mesma na sua totalidade aumentou 1,68 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 3 pontos percentuais.

Merece realce o facto das despesas correntes terem crescido em percentagem cerca de 15%, sensivelmente o mesmo, também em percentagem obviamente, que as despesas de capital decresceram.

Como as despesas correntes representam o dobro das de capital compreende-se o crescimento global da despesa.

Debrucemo-nos um pouco sobre o comportamento da despesa:

As despesas com pessoal mostram um crescimento moderado, que reflecte provavelmente menos do que os aumentos da tabela salarial e a dinâmica das carreiras.

O crescimento da despesa referente à aquisição de serviços(23,5%), permitiu conter a aceleração das despesas com pessoal.

De todo o modo regista-se alguma contenção no crescimento dessa despesa, pois não se pode deixar de lembrar que entre 2000 e 2006 as despesas com pessoal aumentaram mais de 50 por cento.

A rubrica subsídios que já se eleva a 3,36 milhões de euros cresceu num ano mais de 120%, ou seja muito mais que duplicou.

Esta rubrica consubstancia as indemnizações compensatórias atribuídas à Leirisport!

As transferências para as freguesias passaram de 5,6 milhões de euros em 2005 para menos de 4 milhões em 2006.

Ou seja, caíram quase 30%, num só exercício!

O relatório da análise da execução orçamental pretende adoçar esta enorme quebra da rubrica, referindo a evolução crescente nos exercícios de 2002 a 2005, classificando-os como, passo a citar *“uma política de elevada descentralização de competências”*, fim de citação.



Permito-me em sintonia de raciocínio, concluir que no ano de 2006 se começou em força a regressar a uma política de elevada centralização de competências, regredindo para valores inferiores aos do ano de 2003.

Mais do mesmo se passa com as transferências para os SMAS que no ano em análise foram 45% inferiores ao exercício de 2005, aduzindo-se também no mesmo relatório que os crescimentos anteriores dão relevância à prioridade da Câmara em concretizar o sistema de saneamento básico.

Compreendiam-se estes argumentos se se tivesse terminado o sistema de saneamento básico do concelho e os cerca 1,84 milhões de euros transferidos, tivessem chegado para o efeito, o que manifestamente não se coaduna com a realidade, pois para 2007 o orçamento, inscreveu na rubrica "saneamento" mais de 3 milhões de euros.

Na realidade, mobilizaram-se somente 39% dos montantes da derrama arrecadada, para transferir para os SMAS, verba esta que corresponde a pouco mais de metade do que havia sido transferido no exercício anterior, que vem servindo de comparação à evolução das contas da autarquia.

Se esta tendência se vai manter é muito mau sinal para a resolução de um problema que tanto afecta a qualidade de vida dos nossos munícipes.

Há uma parcela da despesa que nos merece um pouco de atenção e muita preocupação, não só pelos valores absolutos já envolvidos, mas especialmente pela aceleração da tendência de agravamento relativo ao exercício anterior.

Vou-me referir às amortizações e aos respectivos juros dos passivos financeiros da Câmara, o chamado serviço da dívida.

As duas parcelas que constituem este agregado atingiam em 2005 o valor de 5,9 milhões de euros e cresceram em 2006 para 7,2 milhões de euros, portanto mais 1,3 milhões de euros, que correspondem a um acréscimo percentual de cerca de 22 pontos.

Parecem-me números muito preocupantes até porque se sabe que só com uma diminuição drástica dos valores em dívida, esta despesa pode diminuir, pois do lado das taxas de juro, é minha convicção que nos próximos tempos só virão más notícias para quem está endividado.

Da análise do balanço da Câmara e dentro da mesma linha de preocupações merece atenção o seu passivo, também aqui não só pela envergadura do mesmo, mas também pela preocupante aceleração do seu movimento ascendente.



Cifrava-se em 48 milhões em 2002, 74 milhões em 2003, 101 milhões em 2004, 103 milhões em 2005, para se fixar nos mais de 107 milhões de euros no ano em apreço, ou seja em 2006.

Se 66 milhões correspondem a empréstimos bancários, 41 milhões serão de dívidas a outros credores e a fornecedores, com prazos de pagamento médio bem acima do habitual, o que directa ou indirectamente acarreta custos financeiros não desprezáveis.

Uma instituição que usufrui de bens e serviços dos seus fornecedores durante 9 meses, sem os pagar, não mostra uma situação financeira saudável.

Como o concelho de Leiria atingiu agora os 100 milhares de eleitores, o rácio da dívida per-capita, tão de agrado dos críticos de economia, mostra-nos que cada leiriense com capacidade eleitoral, já deve a bancos e fornecedores, mais de 1070 euros.

Quanto à análise da prestação de contas propriamente dita é tudo o que se me oferece dizer, partindo do princípio que as mesmas em termos formais estejam elaboradas de acordo com as normas específicas.

Às instâncias de supervisão competirá esse julgamento.

Abordarei agora também de forma resumida os desvios verificados entre o que constava no plano de actividades e aquilo que, se constata pelas contas, ter sido concretizado.

Ou seja vamos comparar o dito com o feito.

E como infelizmente se tornou hábito, pode-se dizer em português sugestivo, que não há comparação possível.

E, nesta matéria, a análise e o julgamento já competem mais a esta assembleia municipal e aos munícipes na sua generalidade, do que às referidas autoridades de fiscalização.

Que cada um dos deputados municipais, cada um dos presidentes de Junta e lá fora cada um dos leirienses, habitantes e votantes deste concelho, medite e diga de sua consciência se havia ou não razão quando se proferiram duras palavras em 29 de Dezembro de 2005, aquando da apreciação do Plano e do Orçamento para 2006 e se puseram sérias reservas à discrepância que se havia de constatar entre o prometido e a capacidade de o realizar.

As contas agora em apreço mostram aliás que a realidade é ainda bem mais chocante do que aquilo que na altura se considerou como ficção.



Socorro-me da acta para transcrever uma frase do optimista deputado do PS ,que na altura interveio sobre o Plano: *“Que significado tem estarmos a analisar um documento que se sabe, ab initio, terá taxas de execução expectáveis de 60% ou menos”*

Agora sem a futurologia que envolve sempre os juízos de intenção sobre as previsões, mas com a objectividade matemática dos elementos históricos que constituem as contas em apreço, tem muito significado analisar discrepâncias orçamentais acima dos 55%.

Ou seja, o grau de realização da receita, quedou-se pelos 45 pontos percentuais.

Quanto à execução das Grandes Opções do Plano o quadro ainda é mais negro pois o grau de realização quedou-se pelos 38%.

Quero deixar bem vincada a minha maior discordância com o processo da incoerência entre a probabilidade da consumação da receita e a promessa da concretização do investimento planificado.

Gostaria que no fim do ano corrente pudéssemos nesta assembleia estar a apreciar um orçamento para um plano exequível numa percentagem digna, com desvios dentro de parâmetros aceitáveis.

Que o exercício de 2008 possa constituir um ponto de viragem, com a apresentação de um orçamento realista.

Permitam-me aqui um aparte para referir que a Câmara Municipal do Porto neste exercício de 2006, apresentou uma taxa de execução do plano de 75% e que os deputados do PS não votaram contra, tendo inclusivamente deixado expresso, pela voz do líder da bancada, uma palavra de apreço pelo esforço de contenção da despesa por parte da maioria que governa aquela Câmara.

Tenho a convicção, Senhora Presidente que esta bancada do PS, não rejeitará o seu próximo plano e respectivo orçamento, se as nossas recomendações tiverem acolhimento.

Mas para ser coerente com aquilo que penso sobre toda esta problemática, que envolve uma vertente claramente política e outra que se prende mais estreitamente com questões económicas e financeiras, não posso deixar de lhes dizer que estou mais preocupado com esta segunda.

Por essa razão não vou aqui confrontar os valores realizados com os previstos, pelouro a pelouro, serviço a serviço, área a área da estrutura da Câmara Municipal de Leiria, pois não o acho relevante nesta oportunidade, face ao que já ficou dito.



Tudo começa pela incapacidade para gerar as receitas orçamentadas, como aliás já se mostrava bem previsível.

E não se centre exclusivamente essa carência no problema do topo norte do estádio, pois, mesmo que a receita de 33,5 milhões de euros não constasse da previsão, ainda assim a receita arrecadada teria ficado 37 milhões de euros abaixo do estimado.

Os deputados do PS nesta Assembleia Municipal, ficarão muito satisfeitos quando o problema do topo norte do estádio for resolvido, pedindo-lhe no entanto Senhora Presidente que quando as receitas correntes do município registarem a entrada do respectivo montante, o passivo da autarquia reflecta, na mesma ordem de grandeza, o decréscimo dos passivos financeiros por amortização das dívidas.

Conhece-se a intenção da inclusão do topo norte do estádio na estrutura da nova unidade comercial, a instalar, e daí o mesmo não se vir a resolver como negócio autónomo, mas em qualquer caso apelo para que não se percam oportunidades para diminuir as dívidas onerosas pois, no meu entender, este grau de endividamento é incompatível com uma governação saudável deste concelho.

Torna-se imperioso equilibrar as contas da autarquia atacando dos dois lados, conter as despesas e incrementar as fontes de receita.

Sabe-se bem que é muito mais fácil de dizer do que de fazer.

É difícil inverter a situação económica da autarquia, que se nos afigura muito grave.

Não podemos deixar de recomendar uma maior contenção nas despesas correntes e imaginação para criar maior capacidade de obter receitas, através da captação de mais e melhor investimento público e privado para o concelho.

Com esta espiral preocupante de receitas estagnadas, despesas a aumentar, uma dívida elevadíssima que já ultrapassou o limite do endividamento líquido em mais de 32 milhões de euros, dívidas a fornecedores a crescerem a mais de 20% ao ano, não podemos deixar de estar todos muito preocupados.

E quando digo todos refiro-me à totalidade dos membros desta Assembleia, que temos responsabilidades comuns para com os munícipes do nosso concelho.

A muitos de nós resta-nos pouco mais do que o poder e o dever de denunciarmos a situação.

É o que estamos a fazer, para tentar evitar que as consequências se venham inevitavelmente a reflectir na qualidade de vida dos leirienses.

Tenho dito!



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Permita-me senhor Presidente duas notas prévias a uma pequena intervenção que tão pouco irá versar muito a questão das contas.

Primeira nota prévia tem a ver com as devoluções de IMT, senhora Presidente devo dizer-lhe que tenho conhecimento de que efectivamente por erro de cálculo das Finanças, tem havido um elevado número de devoluções aos contribuintes, por erro no cálculo, e portanto digamos que, é uma situação que se está a verificar pelo País inteiro. Lamentavelmente o meu partido também tem alguma responsabilidade nisso, porque isso tem a ver com uma forma de actuar da Fazenda que, enfim, são histórias passadas.

Uma segunda nota prévia, para o senhor deputado Sequeira, e apenas em tom de uma graçola, não existe uma maioria social democrata no Porto, existe uma coligação eleitoral CDS/PSD.

Se me permitem e ainda a questão que a mim me traz aqui neste momento (como sabem, não é porque eu tenha em termos particulares, porque acho que devemos ter todos) sobre as contas e a sua votação, que é uma pendência que urge resolver. E eu, acho importante falar num parecer que através do senhor Presidente pedimos à Associação Nacional de Municípios, e acho importante referir uma parte que me recordo, do discurso do senhor Prof. Laborinho Lúcio.

À volta da política existe um conjunto de conformações que deviam ajudar os políticos a tomar boas decisões. E eu, lamentavelmente, depois de receber o amável esclarecimento que o senhor Presidente me fez chegar, permitir-me-ia ler três pequenos parágrafos, para que eventualmente me ajudem a perceber aquilo que eu, talvez porque seja um bocadinho lerdo, tenho dificuldade em entender.

Permitam-me que leia, cito:

“É certo que na redacção que foi dada à alínea c) do n.º 2 do artigo 53º pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, foi acrescentado o vocábulo «votar». Significará tal que a Assembleia Municipal tem agora o poder de aprovar os documentos de prestação de contas? Não nos parece que tal aconteça. Com efeito, a apreciação e votação, constituem actos diferentes da aprovação de tais documentos. Assim sendo, parece-



nos que à Assembleia Municipal cumpre unicamente apreciar e votar o relatório de actividades e os documentos de prestação de contas”, ou seja, num parágrafo diz-se que não compete votar, no outro diz-se que tem que apreciar e votar, continuando “ Mas afinal o que significa apreciar e votar o relatório de actividade e os documentos de prestação de contas, que poderes envolve a apreciação e a votação?

Somos de parecer que o poder de apreciação envolve, necessariamente, um juízo de valor sobre a matéria alvo de análise, isto é, incito no poder de apreciação está a avaliação da matéria em causa, bem como a formulação de um juízo crítico sobre o seu conteúdo, juízo esse de índole positiva ou negativa, que se expressa através de uma votação.

É o que, sem prejuízo de melhor opinião, se nos oferece dizer sobre o assunto.”

Senhor Presidente, eu lamento, ter que voltar a pedir ao senhor Presidente, uma clarificação da «clarificação» porque está muito escura para mim. Mas seguramente é por incapacidade minha, mas como também não consegui obter da parte de outras pessoas que tentei consultar, quem conseguisse uma interpretação mais transparente, uma visão mais cristalina sobre este assunto, pedia ao senhor Presidente esse favor, porque de facto há aqui inequivocamente contradição absoluta, parece-me a mim.

Apenas uma pequena nota sobre as contas.

Eu gostaria de dizer que todos temos consciência de que as contas do Município de Leiria não são obviamente contas de que possamos estar sem preocupação, é para todos, seguramente para a senhora Presidente da Câmara, não tenho dúvida nenhuma, a pessoa mais preocupada. E o senhor deputado Sequeira, como aliás não poderia ser de outra forma, fez uma apreciação genericamente em termos técnicos que não engloba grandes discussões. Para nós em particular, é uma questão que também não é dubitativa porque nós sabíamos com o que contávamos, as contas de *per si* são o resultado de um conjunto de dificuldades e de uma discrepância entre a receita e a despesa, agora genericamente e face ao quadro clínico que todos conhecemos à situação, não me parece que fosse muito fácil fazer melhor. E é isso que nos compete avaliar, ou seja, face a um determinado quadro o que é que é possível efectuar. E é portanto perante essa situação que não podemos inviabilizar a apresentação destas contas. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.



Tem agora a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Mais uma vez senhora Presidente, na discussão do relatório de actividades e da conta de gerência da Câmara Municipal, venho abordar o fraco investimento em termos de Freguesia do Coimbrão.

Este relatório baseia-se no plano da Câmara Municipal do ano de 2006, esse plano atribuía à freguesia do Coimbrão cerca de 1,68% da totalidade da despesa efectuada, e, confrontando com aquilo que efectivamente foi executado durante o ano de 2006, chegamos à conclusão que em termos de obras de investimento da Câmara Municipal na freguesia do Coimbrão, apenas foram executados 17% daquilo que estava planeado investir na freguesia do Coimbrão. O mesmo, se tivermos em conta que da totalidade das despesas de investimento feitas no concelho, a freguesia do Coimbrão levou 0,97%, e da totalidade da despesa efectuada no ano de 2006 pela Câmara Municipal de Leiria, a freguesia do Coimbrão levou 0,64%.

Tenho chamado a atenção para isto sucessivamente nos últimos anos senhora Presidente, a freguesia do Coimbrão está necessitada de obras de investimento, há muitos anos, existem projectos para algumas dessas obras, e o facto é que as obras não avançam. A freguesia perde qualidade de vida, claramente, e eu esperava que a Câmara Municipal nos próximos anos tivesse uma atitude diferente e pudesse investir mais na freguesia do Coimbrão com umas obras tão necessárias.

Pelos vistos não vai ser muito possível, por exemplo para 2007 o plano já só prevê também uma totalidade de gastos na freguesia do Coimbrão, de 1,3% da totalidade da despesa efectuada pela Câmara Municipal. Era só, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado Carlos Luso.

DEPUTADO CARLOS GOMES LUSO (PSD)

Boa noite!

Senhor Presidente da Mesa, digníssimas Secretárias, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, estimados colegas, digníssimo público e representantes da Imprensa.



Tive a ouvir com muita atenção, como é meu hábito, o meu bom amigo e deputado Sequeira, que fez uma radiografia excelente do ponto de vista técnico e económico.

A nossa preocupação andou noutra sentida, andou no sentido de em primeiro lugar saber se a Câmara eventualmente estava a aplicar o POCAL e posso dizê-lo aqui francamente não está, que também não foi referido. Não está porque não avaliou o património dentro dos critérios definidos no POCAL, já aqui tinha referido várias vezes que na Comissão foi latente a dificuldade que existe para todas as autarquias de porventura avaliarem o seu património, não é fácil, ele vai surgindo e portanto há critérios definidos no POCAL que não estão a ser cumpridos.

Mas também, do meu ponto de vista, não está a ser cumprido na questão das provisões e dos ajustamentos. Bem, se calhar vai aumentar o passivo, o tal passivo que foi quantificado, diminuindo o resultado. Este foi o primeiro aspecto que tivemos oportunidade de conferir.

Segundo aspecto, que me parece extremamente importante, é que ao querer conferir as receitas, me confrontei com um problema terrivelmente mau, ou seja, os impostos arrecadados, à excepção do IMT, não podem ser conferidos. Porquê? Porque não é dada uma relação da derrama, porventura do IMI, da contribuição autárquica, e do Imposto Municipal sobre Veículos, que me parece extremamente grave. Aliás, não se compreende, numa altura em que está a ser exigido ao País sacrifícios enormíssimos, e nós somos cidadãos activos, que de facto se não esclareça os municípios e segundo fui informado pelos serviços, o Presidente da Associação Nacional de Municípios, não há reunião nenhuma que não peça esse esclarecimento. Essa é a primeira nota que eu não posso dizer que não tenhamos eventualmente possibilidades de fazer mais receita, porque não se pode conferir as receitas sequer, não pode haver conferência, como é que é possível?

Portanto, estão a ver as dificuldades que existem, técnicas, para poder conferir as receitas em termos orçamentais.

Na questão da despesa, a despesa de facto chamou a atenção o que se deve aos fornecedores e há um aumento considerável que certamente a Câmara também está preocupada, tem que arranjar soluções, possivelmente imaginárias, para aumentar as suas receitas, porque por aquilo que tive oportunidade de ver e que me foi dado a observar, não há possibilidade de descer os custos gerais. Esses, estão fixados.

Bem, se calhar tem que se sacrificar (já esteve aqui um Presidente de uma Junta a lamentar-se) as dotações orçamentais. De qualquer modo eu penso que o problema



é, do meu ponto de vista, preocupante por uma razão, porque as taxas de juro nacionais e europeias, mais as nacionais, porque os bancos aumentam sem haver aumento no Banco Central Europeu, os juros têm aumento nacional como têm aumento internacional, e o futuro, diz-nos a experiência, que vai haver aumentos nos próximos meses. O que quer dizer que em termos de juros vai haver uma relação correspondente ao aumento e à diminuição do endividamento. Mas do meu ponto de vista, não é preocupante a situação, eu penso que uma actividade que ainda tem o seu fundo social extremamente positivo em relação ao passivo, é um sentimento remuneratório (*não ficou registado na gravação por falha técnica*).

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

(*não ficou registado na gravação por falha técnica*).

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

(*não ficou registado na gravação por falha técnica*).

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

(*não ficou registado na gravação por falha técnica*).

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

(*não ficou registado na gravação por falha técnica*).

DEPUTADA SOFIA CARREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes)

(*não ficou registado na gravação por falha técnica*).

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01, deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, quinze votos contra e sete



abstenções, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Município de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

3. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2006 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA - Apreciação e votação nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01.

Alguém se deseja pronunciar?

Faça favor senhora deputada Sílvia Lopes.

DEPUTADA SÍLVIA LOPES (PS)

Boa noite, Sílvia Lopes, Partido Socialista!

Senhor Presidente da Mesa, senhoras Secretárias, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhor deputados, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

À semelhança do que aconteceu com o relatório de actividades e prestação de contas relativos ao ano de 2005, constatamos que as promessas do Município não passam disso mesmo mostrando que a proposta era pouco realista e a capacidade de executabilidade da mesma estava aquém das capacidades.

A percentagem executada do plano de investimentos não chega a 40% do previsto e factos como a conjuntura económica adversa não são suficientes para justificar tal discrepância. Lembro que em 2005 já o investimento havia sido reduzido 15% em relação a 2004.

A existência de planos que salvaguardem situações como as que são apresentadas como justificação para o incumprimento, são uma necessidade e uma prova de responsabilidade e dever para com as populações.

Continuamos ainda sem resposta à questão: para quando a cobertura total com saneamento básico de todo o Concelho. Devo mais uma vez lembrar que o saneamento básico é uma questão de saúde Pública, de progresso e qualidade de vida.

Numa altura em que tanto se discute a sensibilização das populações para a poupança e preservação da boa qualidade da água e do ambiente, a falta de



saneamento deveria ser a primeira preocupação mas, em vez disso, continuamos a assistir a um desinvestimento na resolução do problema.

Os custos ambientais, sociais, económicos e de saúde são elevadíssimos e afectam sobretudo as populações com maiores carências em todos os níveis.

Em conclusão, é pela falta de credibilidade da Autarquia na execução daquilo a que se propõe, que o grupo do PS não vai aprovar as contas dos SMAS relativas ao ano de 2006.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem agora a palavra o senhor deputado Gomes Luso. Faça favor!

DEPUTADO CARLOS GOMES LUSO (PSD)

(não ficou registado na gravação por falha técnica).

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não há mais intervenções, vamos colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c), do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, delibera por maioria, com trinta e um votos a favor, dez votos contra e oito abstenções, aprovar os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

4. PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA AO CENTRO DO PATRIMÓNIO DA ALTA ESTREMADURA – CEPAE – Apreciação, discussão e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09.

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, deliberou por unanimidade aprovar e conseqüentemente autorizar a adesão do Município de Leiria ao Centro do Património da Alta Estremadura – CEPAE.

5. FIXAÇÃO DO MONTANTE DA TAXA A COBRAR PELO REGISTO DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA – Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e n.º 2 do art.º 4º da Portaria n.º 1637/2006 de 17/10

Estão abertas as inscrições!

Não há inscrições vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea f), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do executivo e fixar os respectivos quantitativos nos valores constantes da mesma.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

6. PATRIMÓNIO – CORTES – Apreciação, discussão e votação

Estão abertas as inscrições!

Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (Presidente da Junta de Freguesia de Cortes)
(não ficou registado na gravação por falha técnica).

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Leiria, e, em consequência, autorizar a aquisição do edifício da Adeg



Cooperativa de Cortes, sito na Freguesia de Cortes, concelho de Leiria, pelo valor de €405.000,00, assim como autorizar a venda do actual edifício sede da Junta de Freguesia de Cortes, propriedade do Município de Leiria, pelo valor estimado de €333.100,00.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

7. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS NO XVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Apreciação e Votação

Tenho aqui duas propostas. Uma indica como representante, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Paulo Pedro, e como suplente o senhor Mário Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carreira. A outra, indica como representante o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barosa, Daniel Carvalho, e como suplente o senhor João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Portanto a primeira será a lista A e a segunda a lista B.

Vamos dar início à chamada nominal para procederem à votação.

(votação nominal)

Senhores deputados, o resultado da votação é o seguinte:

Lista A –21 votos;

Lista B – 31 votos;

Votos em Branco – 1

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria de votos obtidos pela Lista B, indicar como representante das Freguesias no XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o senhor Daniel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Barosa e como suplente o senhor João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.



Assim sendo, dou por terminados os trabalhos, agradeço a presença de todos e até à próxima sessão.



ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.45 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, transcrevi e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 28 de Junho de 2007, deliberou por maioria com cinco abstenções aprovar a acta .-----

O Presidente da Assembleia

Manuel de Jesus Antunes

A Assistente Administrativa Especialista

Teresa Paula Pinto